

Cargos, verbas e até decreto pró-escravidão

Temer compra votos para abafar denúncia e se livrar da prisão

ALEP



“A vergonha está do lado de quem é contra a Lava Jato”, diz juiz Moro

O juiz federal Sergio Moro observou que “há, é certo, quem se oponha ao movimento anticorrupção, normalmente quem dele se beneficia. A vergonha está com eles”. Ele frisou que “não se pode afirmar que não houve mudanças no quadro de impunidade” para crimes de “poderosos” após a deflagração da Operação Lava Jato. **Página 3**



Enquanto isso, as provas dos delitos vão se acumulando

Enquanto a PF descobre, nas planilhas da JBS, mais provas das propinas agasalhadas por Temer (dessa vez foi um pagamento de R\$ 1 milhão em 2014, que confirma exatamente o depoimento de Ricardo Saud, diretor da JBS), o ladrão do Jaburu distribuía R\$ 829 milhões em dinheiro público para subornar deputados, emitia decreto isentando em 60% as multas devidas por crime ambiental, e implantava o trabalho escravo através de portaria. As provas espoucam – mas a maior delas é a conduta pública de Temer, querendo escapar da Lei e da Justiça pela corrupção. **Página 3**

Relatório da CPI conclui que Previdência é superavitária

Edilson Rodrigues - AS



Em seu trabalho, o senador Hélio José, relator da CPI presidida pelo senador Paulo Paim, aponta que a dívida das empresas com a Previdência ultrapassa 400 bilhões

O déficit da Previdência “inexiste”. “São absolutamente imprecisos, inconsistentes e alarmistas os argumentos reunidos pelo governo federal sobre a contabilidade da Previdência Social”, afirma o relatório final da CPI da Previdência que investigou as contas da Seguridade Social, para investigar os argumentos usados pelo governo pela chamada “reforma” da Previdência. **Pág. 5**

Presidiário que faliu o RJ diz que não tem culpa de nada: “Empresários é que faziam fila para me ajudar”

Questionado pelo juiz federal Marcelo Bretas sobre a origem do dinheiro usado na compra de jóias, o ex-governador peemedebista disse se tratar de caixa dois de campanha eleitoral. “Eu fui o líder desse estado. E os empresários faziam fila para me ajudar”, disse o malandro agulha que perdeu a linha, tentou tirar onda com o magistrado e foi parar na cadeia federal. **Página 4**



São 43 ligações perigosas entre Gilmar e Aécio

A PF apontou que o senador Aécio Neves (PSDB/MG) e o ministro Gilmar Mendes, do STF, fizeram 43 ligações telefônicas entre março e maio. **P. 3**

Lula empurra a traição aos eleitores para Dilma Rousseff

Lula apoiou a política que Dilma implantou no país, e agora diz que ela errou e que o eleitorado foi “traído”. **Pág. 3**

PC da China: “a luta contra a corrupção se tornou irreversível”

Não importa para quem se corrompe e levados à justiça, “corruptos e corruptores” serão “perseguidos, capturados e levados à justiça”, afirmou Xi Jinping no 19º Congresso do partido chinês. **Pág. 7**



Israel ataca judeus que se negam a entrar no exército

“Antes a cadeia do que servir ao exército sionista”, diziam cartazes no protesto de judeus ortodoxos contra alistamento militar no exército de Israel, reprimido na segunda-feira (23). **P. 7**

Defesa de Lula insinua não ter recibos originais

Por isso faz as maiores encenações e dramas. Agora diz que vai levar um tabelião junto. **P. 3**



Temer vai entregar 8 áreas do pré-sal para as múltiplas

Pág. 2

Oposição vence primeira fase da eleição na USP



Apesar da participação da comunidade da USP na consulta para a escolha do reitor não ter sido das maiores (menos de 10% dos eleitores), a derrota da chapa oficial, que ficou em terceiro lugar na soma de votos, foi um claro recado contra os desmandos que tomara conta da USP. A chapa encabeçada pelo atual vice-reitor,

Vahan Agopyan, em boa parte responsável pela crise da USP, apesar de usar a máquina da universidade a seu favor, foi rejeitada pela maioria dos eleitores. Certamente a derrota da situação seria maior, caso a participação fosse mais expressiva.

O professor Ildo Sauer (foto), que obteve 2.343 votos, e ficou em segundo lugar, comemorou o resultado e afirmou que “a hora é de irmos para a Assembleia Universitária e escolher a melhor opção dentro da oposição vencedora para dirigir a USP no próximo quadriênio”. “É urgente substituir a desastrosa administração Zago/Vahan”, disse ele.

A professora Maria Arminha obteve 3.749 votos, vencendo o pleito, e Vahan ficou com apenas 2.138 votos, na frente apenas da sua sublegenda, o professor Ricardo Terra, que, com seus 439 votos, ficou atrás dos 546 votos nulos da eleição.

A decisão da Assembleia Universitária, composta de 2.300 integrantes, será no próximo dia 30, segunda-feira. Na ocasião, será escolhida uma lista tríplice a ser entregue ao governador do Estado que nomeará o próximo reitor da USP. Os temas centrais que dominaram a campanha foram o abandono a que foi relegado o Hospital Universitário da USP, o fechamento das creches, os cortes de pessoal e de verbas e a perda de prestígio da USP na sociedade.

O professor Ildo e seu vice, Tércio Ambrizzi, destacaram na campanha que a USP necessita de “uma nova liderança que seja capaz de promover o diálogo democrático interno, que foi rompido na última gestão”, e de “repactuar com as autoridades uma nova forma de financiamento da USP e das demais universidades paulistas. “Só assim vamos superar a crise a que a USP foi submetida pelas últimas gestões”, afirmou Ildo, conclamando a comunidade acadêmica a derrotar a chapa oficial também na Assembleia Universitária.

Em 12 meses, Brasil perdeu mais 466 mil empregos, diz Caged

O Brasil perdeu mais de 466 mil postos de trabalho com carteira assinada nos últimos 12 meses até setembro, revelou o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

O resultado representa, em termos percentuais, que o saldo de geração de emprego no mês passado é -1,2% menor do que em setembro de 2016. Se para o governo Temer/Meirelles o Brasil já superou a crise econômica, como explica que a geração de empregos esteja hoje pior do que esteve no “auge” da crise?

A indústria de transformação – onde se concentram os postos formais com melhores salários – perdeu no período 108.975 trabalhadores com carteira

assinada, enquanto a construção civil fechou 200.710 vagas formais; e o setor de serviços, 121.073.

O comemorado e destacado saldo positivo de setembro, quando as contratações superaram as demissões em 34.392 postos, representa um crescimento de míseros 0,1% em relação ao estoque do mês anterior e em nada confirma a tese de superação da recessão.

Ainda assim e apesar do saldo, o estoque de empregos formais vem caindo sistematicamente de um mês para o outro. O saldo de setembro teve 1.065 postos gerados a menos que em agosto (quando o saldo foi de 35.457); que por sua vez teve 1.443 vagas a menos geradas que em julho (saldo de 35.900).

PRISCILA CASALE

Governo realiza mais dois leilões no pré-sal e acelera privatização



Dilma usou a Força Nacional para tentar impedir protestos no 1º leilão



Parente anuncia venda da TAG e entrega de malha de gasodutos aos estrangeiros

A diretoria da Petrobrás anunciou na segunda-feira (23) a privatização de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária integral da estatal, responsável pelo transporte e armazenagem de gás natural por meio de gasodutos, terminais ou embarcações, próprios ou de terceiros.

A TAG dispõe de uma capacidade contratada de movimentação de cerca de 75 milhões metros cúbicos de gás natural

por dia e conta com aproximadamente 4,5 mil quilômetros de extensão de gasodutos, localizados principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Com a venda da TAG, a malha de 9.400 Km, termelétricas e terminais de norte a sul do país, construídos pela Petrobrás, ficarão sob controle dos estrangeiros.

Em 4 de abril deste ano, 90% da rede de gasodutos Sudeste foi entregue a um

Fundo de Investimento em Participações (FIP) liderado pela Brookfield Infrastructure Partners (BIP). A Nova Transportadora Sudeste (NTS) escoará o gás produzido no Pré-Sal das Bacias de Campos e Santos.

Com a monopolização do transporte de gás natural pelos estrangeiros a Petrobrás será obrigada a pagar o preço exigido por eles, assim como a população, a indústria e o comércio.

Para Meirelles, aumento da arrecadação significa mais dinheiro público para juros

O aumento nos tributos sobre os combustíveis ajudou a elevar a arrecadação federal em setembro, mas se engana quem acha que melhora de receita vai significar mais investimentos no país.

Segundo dados divulgados pela Receita Federal, a União arrecadou R\$ 105,595 bilhões no mês passado – alta de 8,66% em relação ao mesmo mês de 2016. Segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a alta no recolhimento não significa que haverá aumento de despesas, e sim, uma diminuição mais

rápida do déficit público. Ou seja, o aumento da gasolina que penalizou o setor produtivo e a população será inteiramente revertido para pagar juros aos bancos.

“Como há o teto dos gastos, maior arrecadação não significa crescimento de despesas, mas poderá ajudar na redução mais rápida do déficit”, afirmou Meirelles no Twitter após divulgação do resultado.

O ministro comemorou os dados da arrecadação como um sinal “da recuperação da atividade, disseminada nos diversos

setores da economia”. Contudo, apenas o aperto nos tributos e o acordo de anistia a devedores da receita (chamado Refis) – que antecipa o pagamento de uma pequena parte das dívidas e perdoa o resto – tiveram impacto significativo sobre o aumento das receitas. O emprego, comércio e setor produtivo continuam em plena recessão. E famílias endividadas e setores da economia sem investimento não contribuem em nada para a arrecadação da União.

P.C.

Montadoras apostam na redução do Finame para aumentar seus lucros

Em matéria publicada no jornal Diário do Comércio e Indústria (DCI) dirigentes das fábricas caminhões da Mercedes Bens, Scania, Iveco e MAN foram unânimes em projetar uma redução da linha FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) no financiamento de caminhões e que isso seria positivo.

Essas projeções estão apoiadas na implantação da Taxa de Longo Prazo (TLP), que entrará em vigor a partir de janeiro de 2018, em substituição a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Para Roberto Barral da Scania do Brasil, os “estímulos artificiais” do

Finame não foram benéficos para a indústria e diz ainda que “o mercado não pode ficar mais tão dependente do BNDES”.

Mais comidos Ricardo Barion da Iveco e Ricardo Alouche da MAN Latin America consideram, mesmo assim, que com o aumento dos custos da nova TLP resultará em um encolhimento do Finame.

Phillip Schimer da Mercedes Bens do Brasil critica também a dependência do Finame e considera que “um patamar saudável de vendas pela modalidade, seria 30%”.

O Finame financiou até 90% dos caminhões comercializados em anos passados cumprindo papel

chave na comercialização desses veículos.

O que pode explicar essas expectativas tão positivas com perda de uma linha de financiamento de menor custo é o ganho de participação desse mercado pelos bancos que tentem ou são holdings das multinacionais fabricantes dos caminhões.

Temer e Meirelles impõem juros no mesmo patamar dos bancos privados com o objetivo esvaziar de esvaziar o BNDES e deixar os empresários à mercê do mercado financeiro, cujas taxas no Brasil são endemicamente altas e eles se esmeram em mantê-las assim.

J.AMARO

No dia 21 de outubro de 2013, foi realizado o primeiro leilão no pré-sal, no campo de Libra

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizará na sexta-feira (27) a 2ª e a 3ª rodadas de licitações no pré-sal. Além da Petrobrás, estão habilitadas dez empresas estrangeiras, entre as quais ExxonMobil, Shell, BP e Total.

Com a mudança da lei de partilha, as empresas estrangeiras poderão participar como operadoras.

Vale registrar que Shell e Total já estão no campo de Libra, quando da realização do 1º leilão no pré-sal, em outubro de 2013, no governo Dilma, que mobilizou o Exército e a Força Nacional para viabilizar o crime contra a Nação.

Segundo a ANP, “a 2ª Rodada ofertará quatro áreas com jazidas unitizáveis, ou seja, adjacentes a campos ou prospectos cujos reservatórios se estendem para além da área contratada”. As áreas ofertadas são: Sul de Gato do Mato, Norte de Carcará e Entorno de Sapinhoá, na Bacia de Santos, e sudoeste de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos.

De acordo com a ANP, somente a área ofertada em Carcará possui cerca de 2,2 bilhões de barris “in situ” (total de óleo em um reservatório ainda não comprovado).

Na 3ª Rodada serão ofertadas quatro áreas nas bacias de Campos e Santos, na região do polígono do pré-sal: Pau Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central.

Com os leilões, o governo estima que irá arrecadar R\$ 7,75 bilhões em bônus de assinatura, que irão parar na vala comum do superávit primário, para serem repassados aos banqueiros.

O pré-sal é a maior descoberta de petróleo dos últimos trinta anos, em todo o mundo. Como disse um executivo da Shell, “o pré-sal é onde todo mundo quer estar”. Com efeito,

petróleo de alta qualidade, sem risco nenhum, pois já foi descoberto. Pela Petrobrás, que investiu muito em pesquisa e exploração, e foi alijada da condição de operadora única e de ter uma participação de pelo menos 30% em todos os consórcios.

Um único poço de pré-sal é capaz de produzir até 40 mil barris por dia, volume equivalente ao de campos inteiros de pós-sal. De acordo com Helder Queiroz, professor de Economia da Energia da UFRJ, o pré-sal tem produtividade 30% superior à projetada na sua descoberta, em 2006.

E agora com os leilões essa riqueza toda pode ir parar nas mãos das multinacionais a preço de banana. Foi exatamente para viabilizar que as múltiplas tomem de assalto o petróleo do pré-sal que Temer editou a Medida Provisória 795, que institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural. Tal regime pode reduzir a arrecadação da União com a exploração do pré-sal em R\$ 1 trilhão, segundo estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

“Com a edição da MP, a base de cálculo da CSLL e do IRPJ será reduzida de US\$ 23,2 para US\$ 1,2 por barril. Assim, esses tributos gerarão uma receita de apenas US\$ 0,408, em vez de US\$ 7,888 por barril, o que representa uma perda de arrecadação de US\$ 7,48 por barril”, aponta o consultor Paulo César Lima.

Para a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), a entrega do pré-sal e o desmonte da Petrobrás “enfraquecem a capacidade de ação, externa e interna, do Estado brasileiro; dificultam muito a retomada da industrialização (para a qual a Petrobras é fundamental)”.

VALDO ALBUQUERQUE

Cade aprova cessão de campos de petróleo da Queiroz Galvão para Exxon

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão do Ministério da Justiça, aprovou sem restrições a venda de 50% da participação da Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) em dois blocos em águas ultraprofundas na Bacia de Sergipe-Alagoas, o SEAL-M-428 e o SEAL-M-351, para a ExxonMobil.

“Quanto à motivação econômica e estratégica relativa à operação, a ExxonMobil alega que esta permitirá fortalecer seus planos estratégicos de exploração em áreas importantes. Já a QGEP alega que a operação reflete uma decisão estratégica”, diz o parecer do Conselho. A QGEP detinha antes 100% de ambos os blocos.

O Cade, em nome da “livre concorrência”, beneficia de uma só tacada dois monopólios, o primeiro, americano (Exxon), que acabou de abocanhar no 14º leilão da ANP, realizado no mês passado, com a ajuda de Pedro Parente da Petrobrás, seis blocos de uma área com potencial de reservas do pré-sal, já descoberto pela estatal brasileira.

O segundo, a empreiteira Queiroz Galvão, que integrou o Cartel do Bilhão que meteu a mão nos recursos da Petrobrás, em troca de propina para políticos do governo e seus respectivos partidos.

No leilão, a Exxon levou ainda quatro áreas sem a Petrobrás.

Abiquim: “aumento da dependência externa é dramático para o Brasil”

O Brasil importou US\$ 3,7 bilhões em produtos químicos no mês de setembro, valor que representa aumento de 2,8% em relação a agosto deste ano e de expressivos 16,5% na comparação com setembro de 2016.

Para o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo, os números da balança comercial em produtos químicos refletem a ausência de novos investimentos em decorrência dos elevados custos dos insumos essenciais para o desenvolvimento do setor.

“É dramático e lamen-

tável que o Brasil continue desperdiçando excelentes oportunidades de investimentos, a despeito de todo o potencial de consumo interno e até mesmo regional (Mercosul). O aumento da dependência externa por insumos estratégicos é incompatível com a necessidade de se agregar valor local às matérias-primas minerais e ao petróleo e gás nacionais para que se gerem empregos e renda de qualidade no Brasil ao mesmo tempo em que se garante a competitividade para diversos setores industriais”, avalia.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusá, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



O povo se sentiu traído, disse ele Lula joga para cima de Dilma o desastre da política que ele apoiou

Lula apoiou a política que Dilma implantou no país ao se tornar presidente da República e agora quer empurrar para ela o resultado do desastre, disposto a tudo para voltar a ocupar o Palácio do Planalto.

Em entrevista veiculada domingo (22) pelo jornal espanhol "El Mundo", Lula disse que Dilma "traíu seu eleitorado" ao promover o ajuste fiscal, porque nas eleições de 2014 tinha prometido manter as despesas.

Ele também disse que o maior erro do governo Dilma foi a política de desoneração às empresas. "Começamos a perder credibilidade. O ano de 2015 foi muito semelhante ao de 1999, quando FHC teve uma popularidade de 8% e o Brasil quebrou três vezes. Mas o presidente da Câmara era Michel Temer e ele o ajudou", disse, como se não tivesse nada a ver com o assunto.

Após a publicação da matéria, Lula reclamou em uma rede social que a "Folha de S. Paulo" e o UOL divulgaram uma declaração que ele não teria dado durante entrevista. O "El Mundo" resolveu alterar a frase do petista publicada em seu site.

Segundo o jornal, Lula dissera: "O segundo erro veio quando a presidente anunciou o ajuste fiscal e traíu o eleitorado que a havia eleito em 2014, ao qual havíamos prometido que manteríamos os gastos". Essa foi a declaração reproduzida pela "Folha de S. Paulo".

A tarde, o "El Mundo" alterou a frase. Na nova versão da entrevista aparece a seguinte formulação: "O segundo erro veio quando a presidente anunciou o ajuste fiscal, e o eleitorado que a havia eleito em 2014, ao qual havíamos prometido que manteríamos os gastos, se sentiu traído". Dá no mesmo. Se o povo se sentiu traído é porque a traição aconteceu.

Os recibos dos aluguéis de Lula: encenações e postergações da defesa

A mais nova encenação da defesa de Lula é entregar papéis como se fossem originais acompanhados de um tabelião. Isso depois que o juiz Sérgio Moro exigiu os originais dos recibos de aluguel do apartamento em São Bernardo do Campo usado por Lula.

O juiz Moro pediu os recibos de aluguel a Lula durante seu depoimento. Após muita demora e postergações, foram apresentadas cópias de alguns supostos recibos. Alguns tinham datas inexistentes, como 31 de junho e 31 de novembro.

O Ministério Público analisou os documentos e considerou que eles são "ideologicamente falsos". Moro reiterou o pedido dos recibos originais. A defesa de Lula resistiu e retaliou a Justiça exigindo documentos originais das acusações para ganhar tempo.

O Ministério Público Federal informou ao juiz Sérgio Moro que retirou os documentos solicitados pela defesa de Lula de cópia dos discos rígidos, localizada fora do Brasil. "Informa o Ministério Público Federal que os documentos, como já exposto por diversas vezes, foram extraídos diretamente de cópia

dos discos rígidos reencenados ao sistema 'Drousys', fornecidos pela Odebrecht S/A, que se encontravam armazenados em servidor localizado na Suécia".

Agora, a defesa de Lula diz que pagou R\$ 189 mil pelos aluguéis, tudo em moeda corrente de uma vez só. É uma novidade, porque nunca tinha dito isso antes. Só arranjou a explicação agora.

O empresário Glauco da Costamarques, dono do apartamento, disse ter assinado, de uma vez só, todos os recibos de aluguel referentes ao ano de 2015. E que só recebeu dinheiro do aluguel após seu primo José Carlos Buñlai, amigo de Lula, ter sido preso em 2015. Ele disse que recebeu o aluguel após a visita do advogado de Lula, Roberto Teixeira, no Hospital em que estava internado. Um dia depois recebeu a visita do contador e que assinou vários recibos e aluguéis de 2015.

O juiz Sérgio Moro pediu ao hospital a comprovação do que dissera Costamarques. O Hospital confirmou a visita do contador, mas a visita de Roberto Teixeira ainda é um mistério, pois o Hospital não encontrou sinal dele. Costamarques reafirmou o que disse antes.

Pedro Corrêa confirma R\$ 1 milhão de propina para Gleisi

O ex-deputado Pedro Corrêa (ex-PP) afirmou que R\$ 1 milhão em propina oriunda do conta do seu partido junto à diretoria de Abastecimento da Petrobrás, então ocupada por Paulo Roberto Costa, foi destinado, em 2010, à campanha ao Senado da atual presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PT).

O ex-parlamentar é testemunha de acusação em processo contra Gleisi que, junto com o marido - o ex-ministro Paulo Bernardo, é ré em processo no Supremo Tribunal Federal (STF) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Corrêa alega que chegou a reclamar com o ex-diretor "porque o PT tinha a diretoria de Serviços" e o PP enfrentava "dificuldade grande de fazer a campanha".

"Então fui reclamar de Paulo Roberto, e ele então me disse que tinha sido uma determinação da presidente Dilma, que mandou que ele ajudasse a senadora Gleisi Hoffmann, e, por isso, ele mandou que entregasse um milhão de reais. E, na verdade, a senadora foi eleita e, logo depois, em janeiro, foi ministra da presidente", afirma.

Michel Temer gastou quase R\$ 1 bi para comprar votos



Compra de votos a céu aberto. Temer e Meirelles-JBS com ruralistas

Moro: "a Operação Lava Jato revelou um sistema organizado de corrupção"

O juiz federal Sergio Moro afirmou que, apesar do permanente sombrio do retrocesso, "não se pode afirmar que não houve mudanças no quadro de impunidade" para crimes de "poderosos" após a deflagração da Operação Lava Jato.

O magistrado observou que "há, é certo, quem se oponha ao movimento anticorrupção, normalmente quem dele se beneficia. A vergonha está com eles. É claro, também há pontuais críticas desinteressadas, nenhuma ação pública está imune a elas. Em relação a elas, cumpre debater e eventualmente acolher. Mas quem mais importa são os amigos e, ainda que sob a sombra do retrocesso, são eles inúmeros".

Em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", o juiz, que é responsável na Justiça de primeira instância pelos processos decorrentes da investigação, falou sobre as semelhanças entre operação Mãos Limpas, investigações de combate à corrupção ocorrida na Itália há 25 anos, e a Lava Jato.

"Em ambas, as inves-

tigações revelaram não um ou alguns grandes crimes de corrupção, mas um sistema organizado de corrupção, na prática, a captura do Estado para o favorecimento de certos grupos empresariais privados, em detrimento da competição, tendo por contrapartida o pagamento habitual de vantagem financeira a agentes públicos e a agentes políticos para enriquecimento pessoal e financiamento ilícito eleitoral", disse.

Sergio Moro avaliou que, apesar das causas da corrupção sistêmica ainda não terem sido enfrentadas, há que se manter a esperança de que a Lava Jato abriu "um caminho sem volta e que a impunidade dos barões da corrupção está com seus dias contados". Ele acrescentou ser necessário que haja mudanças, "como a execução

da pena a partir de uma condenação em segunda instância", para a consolidação dessa perspectiva.

"O loteamento político de cargos públicos e que está na origem dos crimes na Petrobrás permanece forte como sempre, por exemplo. Se houver uma contínua pressão da opinião pública, imagina-se que até mesmo nossas lideranças políticas emperradas terão que adotar uma postura reformista quanto a essas temas. Mas é frustrante ver como isso é demorado", completou.

Uma pesquisa do Instituto Ipsos Pulso Brasil divulgada pelo jornal, na segunda-feira (23), mostra que 94% dos brasileiros defendem que a Operação Lava Jato avança, o que significa que "as investigações deveriam continuar até o fim, custe o que custar".

Divulgação/TRF4



Lava Jato abriu um caminho sem volta, diz Moro

PF encontra 43 telefonemas entre Aécio e Gilmar

A Polícia Federal apontou em relatório que o senador Aécio Neves (PSDB/MG) e o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), fizeram 43 ligações telefônicas entre março e maio deste ano. Neste período, o tucano passou a ser investigado por receber propina da JBS e foi alvo de operação da PF.

O relatório destaca que Gilmar Mendes é relator de quatro inquéritos contra Aécio no Supremo. Segundo o documento, uma das ligações ocorreu em um dia no qual o ministro deu uma decisão favorável ao parlamentar. Por ordem do ministro, ele não precisou prestar depoimento à PF no dia seguinte.

"Não é possível conhecer a finalidade ou o contexto em que houve essas ligações, restando tão somente evidenciado a frequência de contato entre as autoridades em questão", diz o relatório.

Em nota encaminhada à imprensa, o ministro informou que manteve contato pelo celular com Aécio para tratar do projeto de lei de abuso de autoridade. A sua situação só se agrava, porque tratar de um assunto desses com um investigado e que trabalha contra a Lava Jato é um absurdo. Nada mais escandaloso. O PL do abuso de autoridade foi elaborado e patrocinado por senadores investigados pela Lava Jato e que querem parar as investigações, entre eles

Romero Jucá (PMDB-RR) e Renan Calheiros (PMDB-AL).

Na segunda-feira (23), em Porto Alegre, Mendes disse que o relatório da Polícia Federal é "focagem" e "abuso de poder".

"É um certo assanhamento, uma certa irresponsabilidade, só que feita não por ativistas, mas por gente que tem responsabilidade institucional: delegado, ministro, juiz... isso não pode se fazer. Isso é abuso de autoridade", alegou.

Em Porto Alegre, Gilmar foi novamente alvo de manifestações. Mas o ministro fugiu do ato. Ele tinha uma visita marcada para o TRE-RS às 14:30h, mas só apareceu às 17h, quando os manifestantes já tinham se desmobilizado.

Temer recebeu propina de R\$ 1 milhão, revela nova planilha apreendida da JBS

Com um total de 64 nomes, entre eles de Michel Temer, uma planilha registra a existência de uma conta-corrente aberta especialmente para abastecer políticos e partidos.

A planilha foi apreendida na sede da empresa JBS, em São Paulo, e apresenta detalhadas movimentações financeiras, segundo revela a revista "Época", que diz ter tido acesso ao documento sigiloso.

A planilha registra que Temer recebeu no dia 2 de setembro de 2014 o "crédito" de R\$ 1 milhão, segundo as anotações. De acordo com a revista, parte dessas transações - descritas ao longo de nove meses - já tinha vindo à tona, por meio de delações premiadas de executivos da JBS, e outra parte permanecia oculta até então.

A data associada a Temer bate com as informações prestadas, por meio de delação premiada, pelo lobista Ricardo Saud. É o mesmo dia que o doleiro disse ter determinado o pagamento, desse mesmo R\$ 1 milhão, ao então vice-presidente.

O nível de detalhamento da planilha chama a atenção. Ela foi encontrada pela Polícia Federal dentro de uma pasta no gabinete de Wesley Batista - um dos proprietários da empresa - no dia 11 de maio de 2017. A apreensão foi feita

no âmbito da Operação Maquinários, coordenada pela Superintendência Regional da Polícia Federal de Mato Grosso do Sul.

A planilha registra que Temer, por exemplo, teria recebido o recurso ilícito quando a conta estava recheada com R\$ 1.176 milhão - sendo que, desse valor, R\$ 405 mil entraram na conta da JBS naquele mesmo dia. Com a retirada de R\$ 1 milhão, a conta ficou ainda com um saldo R\$ 176 mil, sendo abastecida, três dias depois, com mais R\$ 519 mil.

DATA	DESCRIÇÃO	SALDO	CRÉDITO	SAÍDA
02/09/2014	RECEBIMENTO	1.176.000,00		1.176.000,00
03/09/2014	RECEBIMENTO	211.840,00		211.840,00
04/09/2014	RECEBIMENTO	1.387.840,00		1.387.840,00
05/09/2014	RECEBIMENTO	1.387.840,00		1.387.840,00
06/09/2014	RECEBIMENTO	405.000,00		405.000,00
07/09/2014	RECEBIMENTO	405.000,00		405.000,00
08/09/2014	RECEBIMENTO	519.000,00		519.000,00
09/09/2014	RECEBIMENTO	519.000,00		519.000,00
10/09/2014	RECEBIMENTO	519.000,00		519.000,00
11/09/2014	RECEBIMENTO	418.000,00		418.000,00

Temer no detalhe da planilha

É dinheiro público que não é destinado para investimentos, mas para comprar deputados e continuar roubando o país

Temer, até agora - e isto é só o que se conhece - gastou R\$ 829 milhões, em dinheiro público, liberando emendas para subornar deputados e fazê-los votar contra a autorização para que seja investigado e processado.

A depravação é tanta nos meios políticos, e em certos meios midiáticos, que houve quem comemorasse porque o preço - aliás, o montante - ficou menor, em relação à primeira denúncia contra Temer.

Porém, R\$ 829 milhões são quase um bilhão de reais. R\$ 829 milhões equivalem a 13,26% de todos os investimentos orçamentários do governo federal, desde o início do ano até agosto (cf. Tesouro Nacional, RREO, agosto/2017, Anexo 1 - Balanço Orçamentário).

É, obviamente, Temer não liberou R\$ 829 bilhões para aumentar os investimentos do governo, mas, apenas e tão somente, para subornar deputados a votarem contra a investigação de suas atividades ilícitas.

Como é possível achar que esse montante de dinheiro público, usado como suborno (pois trata-se disso, caso contrário essas emendas jamais seriam liberadas), é pouco?

Como é possível achar que é legítimo um criminoso - já provado e comprovado - usar dinheiro público para impedir que a Justiça aplique a Lei?

Essa distribuição de dinheiro público é, evidentemente, corrupção.

Mas é feita à luz do dia, como se essa fossa de fedor intranquilizante pudesse ser legítima e "normal".

E ainda aparecem imbecis, na televisão, para falar da grande experiência e conhecimento de Temer sobre a Câmara de Deputados, como se suborno e compra de votos tivessem algo a ver com conhecimento ou experiência, exceto aquele próprio da gatunagem.

Como isso é possível? Simplesmente, leitor: há nos meios políticos - PMDB, PT, PSDB e satélites; na Câmara e no Senado - a convicção (?) de que roubar é a essência da vida pública (ou até da privada).

Ou, dito de outra forma, há quem torne sua vida - tanto a pública quanto a privada - uma série interminável e permanente de operações de compra e venda.

Para essa escória, da qual Temer é muito representativo - na mesma medida em que não representa nada no Brasil, exceto a ladroagem e o servilismo - a normalidade é a permanente prostituição ou a permanente caftinagem, o que é a mesma coisa (pois o que se venda para uns, é compra para outros).

No dia 11 de maio de 2017, a Polícia Federal, ao revistar o escritório de Wesley Batista, sócio da JBS, encontrou uma planilha que registrava um pagamento de um milhão de reais para Temer (v. matéria nesta página).

O pagamento a Temer tem data, na planilha, de dois de setembro de 2014. A mesma data em que, segundo depoimento ao Ministério Público, Ricardo Saud, diretor de relações institucionais da JBS, mandou pagar um milhão de reais ao então vice-presidente de Dilma, um certo Michel Temer.

Essa é a última descoberta, de uma longa coleção dos malfeitos de Temer.

Na denúncia que tramita na Câmara, os procuradores provam que a quadrilha de Temer - ele, Cunha, Geddel, Padilha,

Moreira, Henrique Alves e Rocha Loures - abocanhou R\$ 587.101.098,48 em propinas na Petrobrás, Furnas, Caixa Econômica, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Agricultura, Secretaria de Aviação Civil e Câmara dos Deputados; além disso, assaltaram as obras para a Copa do Mundo (cf. PGR, Denúncia Inquéritos nº 4.327/DF e nº 4.483/DF, pp. 6 e 195).

Não é tudo - com certeza - mas isso é o que se conseguiu provar nesses dois inquéritos, e não é pouco. Além disso, foi provada a associação criminosa (isto é, a formação de quadrilha) para assaltar a coletividade (isto é, o dinheiro público e a propriedade pública) e a tentativa de obstruir as investigações.

Porém, a própria ação atual da quadrilha de Temer prova as acusações - e de modo até mais amplo.

Além de quase um bilhão, em dinheiro público, distribuídos até agora - de modo oficial, sem contar o "por fora" - na última terça-feira, Temer assinou decreto com um abatimento de 60% nas multas por transgressões e crimes ambientais, para comprar a bancada dos latifundiários e agronegocias.

Na segunda-feira da semana passada, dia 16, o governo emitiu portaria pela qual o não pagamento de salários deixou de ser critério para a atuação por trabalho escravo. Afinal, disse um moleque de recados de Temer, as pessoas têm o direito de trabalhar sem receber. Trata-se de uma escolha.

Realmente, se as pessoas querem trabalhar para morrer de fome, por que seria isso escravidão?

Se, depois dessa "mudança de conceito" do que é escravidão, ainda algum patrão for agarrado por trabalho escravo, não há problema: a portaria também proíbe a divulgação do nome dos escravagistas.

Além disso, Temer promete cargos - e, principalmente, tirar os cargos dos deputados que não votarem para que seus crimes fiquem impunes, como se anúncio após reunião, domingo, no Palácio da Alvorada.

Nem vamos falar das expressões, após essa reunião, de um certo gangster - que da tropa de choque de Cunha passou para a tropa de choque de Temer - porque isso aqui é um jornal de respeito. Não publicamos pornografia nem aberrações escatológicas.

Há poucos meses, um bravo e honesto deputado estadual, o delegado da PF Márcio Pacheco (PPL-PR), definiu bem a situação e deu o nome devido às coisas:

"... publicamente o governo Michel Temer fala: 'quem não votar naquilo que eu estou obrigando que vote, eu vou tirar os cargos e quem votar eu vou dar um cargo, dois três'.

"Será que eu estou enganado ou isso é uma corrupção pública institucionalizada: 'você me dá um voto que eu te dou um cargo?' "Se eu oferecer um cargo a uma pessoa pra que ela vote em mim, isso é crime ou não é crime?"

"[Isso é] muito parecido com a tipificação estreita do código penal de 'corrupção ativa': oferecer algo indevido para obter vantagem.

"Isso é corrupção pública institucionalizada" (v. HP 05/05/2017).

O que mais se pode dizer sobre a cloaca temerista?

CARLOS LOPES



Mais reunião para comprar deputados antes da votação

Governo muda o cálculo para aumentar mais a conta de luz

Aneel alterou método de cálculo da bandeira tarifária incluindo o “risco hidrológico”. Bandeira vermelha passa de R\$ 3 para R\$ 5 a partir de novembro

Não bastassem os repetidos aumentos realizados anualmente, ou o tarifaço de mais de 50% promovido por Dilma nas contas de luz dos Brasil, o governo Temer pretende novamente, colocar nas costas dos consumidores os custos de seus desmandos e atropelos no setor elétrico.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão regulador do governo federal para o setor, colocará em consulta pública a revisão da metodologia do cálculo da chamada bandeira tarifária. O objetivo: aumentar o valor cobrado para “equilibrar” o preço da produção de energia, “que está cada vez maior”, segundo o governo.

A proposta da Aneel deixará a bandeira tarifária em valores mais altos e por uma quantidade maior de meses, enquanto ocorrerem estiagens nos rios do Sudeste/Centro-Oeste e até no Rio São Francisco, que tem sua nascente em Minas Gerais.

O sistema de bandeira tarifária é um trambolho colocado na conta de luz ainda no governo Dilma que prevê o pagamento de uma taxa extra pelos consumidores para compensar o uso das usinas termelétricas, que produzem energia mais cara que as hidrelétricas.

Atualmente, numa condição normal, onde o “risco hidrológico” é baixo – e não é necessário o acionamento das termelétricas –, a bandeira em vigor é a verde, e não há uma cobrança adicional. Quando o risco hidrológico aumenta, e se inicia o uso dessas usinas, a bandeira é a amarela. O valor adicionado na conta é de R\$ 2 para cada 100 quilowatts/hora (100 Kw/h).

Há ainda a bandeira vermelha, onde é adicionado R\$ 3 a cada 100 Kw/h. E por fim, a bandeira vermelha “patamar 2”, que acrescenta R\$ 3,50. Esta última é a que está em vigor atualmente.

Quando passou a vigorar, o sistema de bandeira tarifária, segundo o governo Dilma, tinha um caráter “pedagógico”, que deveria “alertar” os consumidores sobre a necessidade de se economizar energia. Rendeu até setembro, cerca de R\$ 1,78 bilhão para os cofres das distribuidoras.

Sessão solene do Congresso faz homenagens aos médicos

Médicos, estudantes, dirigentes de entidades da categoria e parlamentares celebraram juntos o Dia do Médico, na última quarta-feira (18), e aproveitaram a data comemorativa para lançar a Frente Parlamentar da Medicina (FPMed) durante Sessão Solene realizada no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados.

“Mais respeito para os médicos por parte dos governantes em todas as instâncias” e “mais politização da classe médica e valorização do trabalho do profissional da medicina e do Sistema Único de Saúde” foram as frases usadas como palavra de ordem durante a sessão realizada por iniciativa dos deputados Izalci Lucas (PSDB) e Mandetta (DEM).

“A categoria tem enfrentado muitas adversidades e é importante reconhecer o trabalho desses profissionais que se doam, muitas vezes sem condições de trabalho e com baixa remuneração, para promover uma saúde de qualidade à população”, afirmou o deputado Izalci Lucas,



Mesa da sessão em homenagem ao Dia do Médico

AUMENTOS

Segundo a Aneel, o que se quer agora é colocar, dentro do cálculo da bandeira tarifária, uma nova gama de fatores para “reduzir a volatilidade da metodologia”. Para definir a cor da bandeira, além do custo de geração da usina termelétrica, deverá ser incluído o nível dos reservatórios das hidráulicas.

“Colocamos em revisão com urgência urgentíssima. [A conta da bandeira] está deficitária em 2017. Isso gera um problema para o pagamento das próximas faturas”, afirmou Tiago Correia, diretor da Aneel.

Segundo ele, a expectativa é que o novo cálculo seja utilizado já esta semana, e por fim, os novos aumentos passem a valer a partir do mês de novembro.

RESERVATÓRIOS

Este novo aumento que está sendo colocado pelo governo ocorre diante de dois aspectos diferentes. Por um lado, uma grave crise dos reservatórios hidrológicos, que estão nos níveis mais baixos desde 2012. Atualmente as hidrelétricas do Sudeste/Centro-Oeste têm 19,54% da capacidade dos reservatórios. Furnas, que representa 17,18% do subsistema, possui 13,88% do volume útil. No Nordeste, as usinas têm 7,22% da capacidade, sendo que Sobradinho, que concentra 58,26% do subsistema, tem apenas 3,62% do total.

De acordo com o Instituto Ilumina, a situação é gravíssima e só não há uma crise de fornecimento de energia por conta da recessão econômica que passa o país.

O Ilumina aponta ainda que esta grave crise dos reservatórios não é culpa de “São Pedro” e apenas da falta de chuvas. Mas sim, de uma visão mercadológica e de uma desastrosa gestão do sistema elétrico pelos últimos governos.

PRIVATIZAÇÃO

Por outro lado, a mudança no cálculo, acontece durante a tentativa do governo entreguista de privatizar a Eletrobras. Com uma crise nos reservatórios, garantir uma maior remuneração para possíveis acionistas poderia tornar o negócio mais atrativo para as multinacionais com quem o governo pretende fazer a negociação.

ANDRÉ SANTANA

que presidiu a Sessão Solene.

O presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal (SindMédico-DF), Gutemberg Filho, compôs a mesa, ao lado dos deputados, do presidente do Conselho Regional de Medicina do DF, Jaime Zapata, do presidente da Federação Nacional dos Médicos (FENAM), Jorge Darze, do presidente da Federação Médica Brasileira, Waldir Cardoso, e do presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, João Maurício Barretto.

Gutemberg Filho conclamou as entidades à união e chamou a atenção para a necessidade de conscientização dos médicos de que a participação na política é indispensável para a defesa dos interesses da categoria e da saúde pública brasileira. “Estamos celebrando o exercício da atividade, celebrando o cuidado com a vida e organizando a categoria para enfrentar os desafios do exercício profissional e da reconstrução das políticas públicas focadas no paciente”, afirmou.



Segundo o MPF, Cabral estaria recebendo informações dentro da cadeia

Cabral vai para presídio federal

O juiz federal Marcelo Bretas, responsável pela Operação Lava Jato no Rio de Janeiro, autorizou, na segunda-feira (23), a transferência do ex-governador do estado, Sérgio Cabral (PMDB), para um presídio federal, atendendo ao pedido do Ministério Público Federal (MPF).

Durante a audiência da ação penal referente à acusação de lavagem de dinheiro por meio de compra de joias, o ex-governador declarou durante o interrogatório que o juiz Bretas teria entrosamento com joias porque “vendia bijuterias”.

De acordo com o procurador Sergio Luiz Pinel Dias, o que motivou o pedido de transferência “foi a questão de Cabral receber informações dentro da cadeia, informações dadas de fora da cadeia”. “Foi no momento em que ele mencionou a família do magistrado”, disse.

Marcelo Bretas evitou

categorizar a afirmação de Cabral como ameaça. “O que ficou claro é que vinha recebendo informações de fora do presídio”. “Absolutamente normal receber informações dos processos a que responde. O que não é normal é ele saber da vida dos familiares do magistrado”, completou Dias.

Após as duas primeiras condenações da Lava Jato no Rio, foi a primeira vez que o ex-governador se encontrou com o juiz Bretas.

Em seu depoimento, o ex-governador peemedebista tentou explicar a origem do dinheiro com o qual comprou as joias. Mas, se complicou ainda mais, afirmando que tratava-se de dinheiro de caixa 2 de campanha.

“O processo eleitoral se dá antes, durante e depois de campanhas, e que eu chefei, eu fui, queira o senhor ou não, eu fui o líder desse estado. Queira o senhor ou não”, disse.

O juiz questionou: “Como assim queira? Não estou entendendo”.

“Digo o seguinte: entenda o senhor ou não, eu fui o líder desse estado. Eu realizei nesse estado. Eu trabalhei por esse estado. E os empresários faziam fila para me ajudar financeiramente”.

No Brasil existem quatro presídios federais: Mossoró (RN), Campo Grande (MS), Catanduvas (PR) e Porto Velho (RO). Preso desde novembro do ano passado, Cabral atualmente se encontra na Cadeia Pública Frederico Marques, antigo Batalhão Especial Prisional (BEP), localizado na zona norte da capital fluminense.

Na última sexta-feira (20), Sérgio Cabral foi condenado também pelo juiz Bretas a 13 anos de prisão pelo crime de lavagem de dinheiro. Segundo o entendimento do magistrado, ao todo, o político cometeu 146 atos de lavagem na ação em questão, investigada pela Operação Mascate, derivada da Calicute, braço da Lava Jato no Rio.

Temer dá desconto de 60% em multas ambientais em troca de votos contra denúncia na Câmara

Às vésperas da votação da segunda denúncia na Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB) assinou no último sábado (21), um decreto permitindo descontos de até 60% nas multas ambientais de latifundiários. O valor restante é transformado em investimentos para recuperação de florestas. Ambientalistas e especialistas da área temem que a medida vise atender interesses ruralistas.

O deputado federal Sarney Filho, um dos nove licenciados do cargo de ministro para votar a favor de Temer, esteve em Miranda (MS), junto com o presidente para a assinatura do decreto, e explicou as diretrizes do uso dos recursos. Segundo ele, o objetivo é implantar medidas de conservação e recuperação de áreas como as

microbacias que alimentam o rio São Francisco.

Segundo a presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Sualy Araújo, existem duas modalidades de conversão. Na modalidade direta, haverá um desconto de 35% no valor da multa e o próprio infrator ambiental será responsável pelo serviço ambiental. Na modalidade indireta, que é a prioritária, os descontos são de 60% no valor da multa. A presidente ainda afirma que atualmente infratores que pagam as multas à vista já têm desconto de 40%. Mesmo assim, só 5% das infrações são efetivamente pagas. “Os autuados vão à Justiça e não pagam nunca”, diz Araújo. Ela também afirma que a compensação em serviços não

descarta a recuperação da área pela qual o infrator foi multado.

Porém, existem preocupações sobre a motivação para a assinatura do decreto nesta semana. No próximo dia 25, está prevista a votação na Câmara da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer, apresentada pela PGR.

A aprovação do desconto nas multas é vista por especialistas como um agrado à bancada ruralista no Congresso e não como uma honesta preocupação ambiental.

A assinatura do decreto ocorreu poucos dias após a publicação de uma portaria que alterou as definições de trabalho análogo à escravidão e que, na prática, dificulta a fiscalização desse crime. Uma alteração que também é de interesse da bancada ruralista.



Evento realizado em São Paulo foi promovido pela Fundação Claudio Campos Seminário debate Centenário da Revolução Russa e perspectivas de desenvolvimento

No último dia 20, a Fundação Instituto Claudio Campos, do Partido Pátria Livre (PPL), realizou, em São Paulo, o seminário “Perspectivas para o desenvolvimento da Rússia no Centenário da Revolução de 1917”.

O evento contou com a participação de dezenas de convidados de diversas partes do país que puderam

debater, expor dúvidas e comentários sobre a atual situação do país frente ao início das comemorações da Revolução Russa.

A mesa do evento foi composta pelo presidente do Instituto Claudio Campos, o economista Nilson Araújo de Souza; o presidente do PPL, Sérgio Rubens Torres; o secretário de Relações Internacionais do PCDoB, José Reinaldo; a viúva

e o filho de Luiz Carlos Prestes, Maria Prestes e Luiz Carlos Prestes Filho; além do embaixador da Rússia no Brasil, Sergey P. Akopov; e o diretor da Biblioteca de História Pública Estatal da Rússia, Dr. Mikhail D. Afanasiev, membro do Comitê Organizador da Celebração do Centenário da Revolução de 1917.

A cobertura completa do Seminário poderá ser acessada no nosso suplemento “América do Sol – Especial 100 anos da Revolução Russa”, que será publicado no início do mês de novembro



Para a História

O Brasil tem que mudar a sua página poluída de presidentes que desonram a Pátria. Pela segunda vez, a população brasileira testemunha a pirotécnia governamental em cooptar políticos, em troca de favores. E se não bastasse a pouca-vergonha, nove ministros foram exonerados para blindar Michel Temer na Câmara Federal. Chega a ser nauseabundo ouvir excelências, como deputados Darcísio Perondi, Carlos Marun, Beto Mansur e outros, criticarem Rodrigo Janot, na vã tentativa desqualificá-lo. Só que contra fatos não há argumentos, pois as provas estão aí: gravações revelando propinas ao PMDB e PT, mala de dinheiro arrastada por ruas de São Paulo ou guardada aos montes em apartamento na Bahia de Geddel Vieira e por aí vai... Ora, os depoimentos de Joesley Batista e Funaro comprometem sobremaneira a reputação do presidente Michel Temer. E não pode a Câmara Federal, em desrespeito ao povo brasileiro, negar atendimento ao disposto constitucional, previsto no Art. 86 da Constituição Federal. O país precisa exorcizar os seus malfetores, travestidos de honrados políticos, e que enganam a nação, sejam eles, Lula, Dilma, Temer, Aécio e outros. Assim, nada é mais vergonhoso à República de Rui Barbosa e de outros patriotas que enobreceram a nação e deixaram exemplos positivos à posteridade do que ter a sua história política manchada com a condenação de um ex-presidente da República a nove anos e meio de prisão e na iminência de nova condenação, bem como ter o atual presidente saltitando para evitar que a segunda denúncia do STF prospere na Câmara Federal. Os políticos não podem se comportar como fantoches de Michel Temer em busca de espúrios favores. Portanto, o que se pode esperar de uma nação, cujos parlamentares preferem blindar um governo indecoroso a defender os valores éticos e morais da República?

Júlio César Cardoso - Balneário Camboriú, SC

RS: Afagro elege sua nova diretoria

Na última sexta-feira (20) ocorreram as eleições da Associação dos Fiscais Agropecuários do RS (AfagroRS), que exerce o papel de proteger a saúde no campo e garantindo a qualidade dos alimentos que são distribuídos à população. Antônio Medeiros foi eleito o novo presidente da entidade. “Agradecemos a todos que confiaram em nossas propostas e no nosso jeito de liderar essa nobre e tão importante categoria. Já assumimos aqui o compromisso de fazer uma gestão de unidade. Sabemos do desafio que temos pela frente e queremos contar com todos nessa caminhada”, comemorou.

A CHAPA 2 utilizou o bordão: “COM SALÁRIO EM ATRASO NÃO HÁ NEGOCIAÇÃO. E só uma entidade forte, independente, com lideranças isentas e de fato comprometidas com o bem dos seus associados, como o que representa a CHAPA 2, pode gerar resultados de verdadeiro interesse para sua categoria”.

A Afagro/RS passa por um momento bastante delicado frente às políticas de austeridade do governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (PMDB). Recentemente foi aprovado PL 125 na Assembleia Legislativa, que terceiriza o serviço de inspeção agropecuária transferindo o controle do estado à rede privada. Outra mobilização da categoria é combater o parcelamento dos salários que o governo estadual vem promovendo. Se o parcelamento continuar os trabalhadores ameaçam entrar em greve nos dias 31 de outubro, 7, 9 e 14 de novembro.

MP abre investigação sobre ração que Dória quer dar aos pobres

O Ministério Público (MP) de São Paulo vai começar uma investigação sobre a “farinata”, uma farinha feita com alimentos perto da data de validade que não são comercializáveis, que o prefeito de São Paulo João Dória (PSDB) afirmou que vai colocar na merenda das crianças e moradores de rua da cidade. Segundo o promotor José Carlos Bonilha, o procedimento foi instaurado “em razão de o prefeito ter anunciado que vai distribuir essa farinata na rede municipal. E deve do MP zelar pela segurança alimentar”, disse.

A ração, que inicialmente seria distribuída para pobres, é rechaçada pelo conselho de nutrição, e para Bonilha, “se existe pelo menos uma dúvida em relação ao composto, o MP tem que acompanhar. Afinal, é um órgão técnico dizendo que há essa dúvida. A posição da entidade nos chama a atenção, uma vez que coloca em xeque a capacidade desse alimento. Precisamos de uma prova científica e um exame pericial que tenha um laudo conclusivo no sentido de atestar o valor nutricional desse composto”, complementou.

“PARCERIAS”

A FAO, agência da ONU (Organização das Nações Unidas) para alimentação e agricultura, assim como empresas, instituições e associações, desmentiu que exista qualquer tipo de apoio ou relação com a farinata, e que a empresa Sinergia está usando seu nome sem autorização.

A secretária de Direitos Humanos da prefeitura, Eloisa Arruda, havia afirmado que o produto ganhou um concurso mundial feito pela FAO e que, portanto, já foi reconhecido pela ONU. Segundo ela, a farinha de alimentos quase vencidos, “foi considerada a melhor do mundo para suprir carências nutricionais. E já foi reconhecido pela Nações Unidas”.

Também desmentiram fazer parte da iniciativa a Abad (Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados), a Bemis do Brasil, o Sesi, o Senai, a Câmara Internacional de Comércio, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e o Ministério do Meio Ambiente, que apareciam como apoiadores da iniciativa no site da empresa.

'Déficit na Previdência inexistente, é alarmista', conclui relator da CPI



Manifestação contra os ataques à aposentadoria tomaram contido país



Ato na Câmara reúne deputados, juizes e auditores fiscais do trabalho

Ministra do STF acolhe pedido da Rede e suspende portaria da escravidão de Temer

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, suspendeu em decisão liminar a portaria do Ministério do Trabalho que modificava regras na fiscalização e ações no combate ao trabalho escravo.

Weber acolheu ação do partido Rede Sustentabilidade, pedindo a anulação dos efeitos da portaria.

Desde a publicação, o texto vem sendo repudiado por todos os setores da sociedade, entre auditores fiscais, juizes do trabalho, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, e até membros do próprio governo.

Em sua ação, a Rede alegava que a portaria do Ministério do Trabalho restringia "indevidamente" o conceito de "redução à condi-

ção análoga a escravo" e condicionava a inclusão a inclusão do nome de empregador na "lista suja" do trabalho escravo e a sua divulgação à decisão do ministro do Trabalho, o que, segundo o partido, introduziria "filtro político em questão de natureza estritamente técnica".

Em outro trecho, o partido alegava que a portaria do Ministério do Trabalho, "ao praticamente inviabilizar o combate ao trabalho escravo no país", descumpra os preceitos fundamentais da Constituição referentes à "dignidade da pessoa humana".



Ação solicitou a anulação dos efeitos da portaria e foi acatada pela ministra do STF, Rosa Weber

Deputados, entidades sindicais e do judiciário protestam na Câmara pela revogação do texto

Na véspera da Ministra do STF, Rosa Weber, suspender a portaria do trabalho escravo, um evento na Câmara dos Deputados reuniu entidades e associações da Justiça do Trabalho junto ao deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) contra as alterações feitas por Temer. Molon ressaltou que essa portaria "na prática acaba com o combate ao trabalho escravo no país".

O protesto foi organizado por deputados que defendem a aprovação imediata de um decreto legislativo para sustar os efeitos da norma. A portaria 1.120/2017, assinada pelo ministro Ronaldo Nogueira, é mais uma pacote do governo para agradar deputados da bancada ruralistas, em troca do voto para barrar a denúncia da Procuradoria Geral República contra o presidente Michel Temer, os ministros, Eliseu Padilha e Moreira Franco. A portaria restringe a di-

vulgação da "lista suja" de empresas que submetem trabalhadores a condições análogas a escravidão, e cria novos conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condição degradante, condicionando o trabalho escravo apenas à "privação da liberdade de ir e vir".

Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano, o Código Penal (art. 149), já indica que escravidão contemporânea se define pelo trabalho forçado, pela escravidão por dívidas, pelo trabalho degradante e pela jornada exaustiva. "Se são quatro figuras, não podemos reduzi-las a uma só. O Ministério do Trabalho toma para si uma competência que é do Parlamento e, para além disso, do Poder Judiciário", declarou Feliciano, lembrando que "o Brasil foi o último país da América Latina a abolir formalmente a escravidão.

Que não seja o primeiro a reabrir as portas para ela", disse o magistrado.

AUDITORES FISCAIS EM GREVE

Presente no ato, o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Silva disse que "a portaria revoga a Lei Aurea, [e que] o lugar dela é no lixo". Carlos declarou ainda, que espera que ministro do Trabalho "retorne a sua sanidade mental e revogue essa portaria". Os auditores-fiscais do trabalho que suspenderam suas atividades em todo o país, na semana passada, aprovaram uma greve geral da categoria nesta quarta-feira (25). "Plantões de atendimento fiscal ao público não vão funcionar. Estamos dispostos a intensificar as ações. Por ora é só na quarta, mas se não voltar atrás com a portaria, aumentamos os dias de paralisações", destacou Carlos.



Trabalhadores resgatados no AM

JBS e Cutrale estão entre as 132 empresas incluídas na lista suja do trabalho escravo

O nome das empresas JBS e da Sucoítrico Cutrale estão entre as 132 empresas atuadas pelo Poder Público por escravizar trabalhadores, segundo a "lista suja" divulgada pelo Fantástico no último domingo (22). Ao todo, são 32 trabalhadores da JBS e da Cutrale que foram resgatados em 2013 e 2015 em condições degradantes, jornadas exaustivas e sem descanso semanal.

A divulgação do cadastro, de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), deveria ter ocorrido no final de setembro - seguindo as regras do combate ao trabalho escravo anteriores à portaria do governo, que limita a atuação dos auditores fiscais e ainda esconde os nomes dos escravagistas - entretanto, o governo optou não divulgá-las à sociedade.

O vazamento da "lista suja", atualizado com 49 empresas, ocorreu logo após o governo editar essa portaria (nº 1.129/2017). O texto, que está suspenso após decisão do STF, desfigura o conceito de trabalho escravo, já sedimentado na Constituição brasileira, Código Penal, doutrina jurídica, além de tratados e pactos internacionais, os quais o Brasil é signatário. (Ver mais matérias sobre este assunto nesta página)

A "lista suja" existe desde novembro de 2003. Em 2014, o Supremo Tribunal Federal concedeu uma liminar em favor da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) que pediu a suspensão da "lista suja". Porém, a suspensão foi derrubada em maio de 2016 pela ministra Cármen Lúcia, após o MTE publicar novas regras de entrada e saída. Mesmo com a decisão da presidente do STF, o governo Temer manteve a publicação da relação congelada até março deste ano quando novamente perdeu a disputa na Justiça para o Ministério Público do Trabalho.

HP ESPORTES

VALDO ALBUQUERQUE



Timão derrotado por 2 a 1 no Engenhão

Botafogo vence Corinthians. Palmeiras e Santos encostam

O Corinthians voltou a apresentar um futebol irregular e foi derrotado por 2 a 1 pelo Botafogo, no Engenhão. Com o resultado, a diferença para Palmeiras e Santos, segundo e terceiro colocados, caiu para seis pontos. Brenner e Igor Rabelo anotaram para o Glorioso e Jô marcou para o Timão.

A equipe paulista saiu reclamando um pênalti não marcado em Jô aos 48min do segundo tempo, gerando confusão, envolvendo o atacante Clayton do Corinthians, acusado de agredir um policial.

Em Porto Alegre, o Palmeiras venceu fácil a equipe reserva do Grêmio por 3 a 1, gols de Dudu (2) e Moisés, descontando Michel para o Tricolor gaúcho. Foi a terceira vitória do Verdão em três partidas sob o comando de Alberto Valentim.

Com menos de 5 mil torcedores presentes, o Santos jogou o suficiente para vencer o Atlético-GO por 1 a 0, gol de Ricardo Oliveira. A torcida continua pegando no pé em dois dos principais jogadores do time, Lucas Lima e Zeca. O Santos viveu uma semana conturbada com a bizarra demissão e readmissão do técnico Levir Culpi no intervalo de 1 hora.

No clássico mineiro, deu o Galo de virada por 3 a 1, em grande parte graças à atuação destacada de Robinho, que anotou dois. Otero marcou o outro tento do Atlético-MG, descontando Thiago Neves para a Raposa.

No Pacaembu, o São Paulo deu uma respirada ao vencer o Flamengo por 2 a 0, gols de Lucas Pratto, de mão, e Hernanes. Com o resultado, o Tricolor paulista subiu para a 14ª colocação. O goleiro Sidão novamente teve grande atuação.

Futebol feminino - Com grande atuação da goleira Lele, o Corinthians venceu o Colo-Colo, do Chile, por 5 a 4, nos pênaltis, e sagrou-se campeão da Libertadores feminina, em Assunção, no Paraguai.

Texto apresentado denuncia que desvios vêm da sonegação das empresas e DRU

Foi apresentado nesta segunda-feira, 23, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência no Senado, que investigou as contas da Seguridade Social, com o objetivo de apurar os argumentos utilizados pelo governo para aprovar a chamada "reforma" da Previdência (PEC 287/2016).

Em seu relatório, o senador Hélio José (PROS-DF) afirma que o déficit utilizado pelo governo para justificar o maior assalto aos trabalhadores, exigindo aumento na idade mínima para ter direito à aposentadoria, aumento no tempo de contribuição, além da redução de outros benefícios, "inexistente". Segundo o senador, "são absolutamente imprecisos e alarmistas os argumentos reunidos pelo governo federal sobre a contabilidade da Previdência Social ou da Seguridade Social" no Brasil.

"O grande argumento do governo em sua empreitada de mudança da previdência se relaciona à questão da existência de um déficit previdenciário perene e explosivo. Trata-se de uma afirmativa que, apesar de repisada pelo governo, não é respaldada por grande parte dos estudiosos", complementou Hélio José.

No documento, foi feito um resgate do histórico do sistema da seguridade social, demonstrando as deturpações no sistema já desde o governo de Fernando Henrique quando, em 2001, quando uma Medida Provisória "atingiu de morte" a "visão sistêmica e integrada" da seguridade social, retirando a possibilidade de "compensação financeira" entre os seus três pilares principais: a saúde a previdência e a assistência social.

"Houve a efetiva desintegração das três áreas. Saúde, Previdência e Assistência Social ganharam uma perversa autonomia tanto financeira quanto de gestão. Entendemos perversa porquanto tal autonomia provocou o desmembramento das áreas, em detrimento de uma ação coordenada e sistêmica", explicou no relatório. "O chamado Orçamento da Seguridade Social, previsto na Carta Maior, passou a ser apenas numa peça demonstrativa sem qualquer utilidade estratégica", argumentou.

O relator ressaltou também que a Seguridade vem sendo fortemente atingida pela dívida ativa de empresas brasileiras de grande porte, que deixaram de contribuir com a Previdência Social, mas continuam sendo beneficiadas com políticas governamentais.

'Estamos falando de comer carne, podre e não de ar condicionado', diz procurador em resposta a G. Mendes

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes se demonstrou favorável à portaria do Ministério do Trabalho, que acaba com o combate ao trabalho escravo, ao dizer na quinta-feira, 19, que ele tem um trabalho "exaustivo" ao acumular outras funções no judiciário, como a de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Esse tema é muito polêmico. O importante é tratar do tema em um perfil técnico, não ideologizado. Nós mesmos já tivemos no STF debates a propósito disso, em que se diz que alguém se submete a um trabalho exaustivo. Eu, por exemplo, acho que me submeto a um trabalho exaustivo, mas, com prazer, não acho que faço trabalho escravo, corro do Supremo para o TSE" afirmou. Mendes disse não ter lido a portaria, e ainda debochou do trabalho dos Auditores Fiscais do Trabalho. "Já bringuei no plenário do Supremo que dependendo do critério do fiscal, talvez ali na garagem do Supremo, ou aqui na garagem do TSE, que talvez seja mais saudável, alguém possa identificar aí condição de trabalho escravo..." disse Gilmar.

O Procurador-geral do

No texto, ele cita como exemplo o débito da JBS, que tem, segundo a CPI, uma dívida de R\$ 2,4 bilhões com o sistema de Seguridade Social. "Está faltando cobrar dos devedores e não quer prejudicar trabalhadores e aposentados, mais uma vez", disse o senador.

O relatório destaca denúncia feita pelo presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindicato Nacional), Cláudio Marcio Oliveira.

Damasceno, destacando que "o Governo estima que a reforma resultará em economia de cerca de R\$750 bilhões em dez anos. No entanto, as desonerações 'desenfreadas' teriam alcançado quase R\$450 bilhões em cinco anos".

Essa questão foi bastante reforçada pelo presidente da CPI, senador Paulo Paim (PT-RS), que acompanhou a leitura do relatório: "É preciso cobrar os grandes devedores da Previdência, que não são cobrados", ressaltando que entre os principais devedores estão bancos, empreiteiras e frigoríficos. Paim alertou ainda para medidas que aliviam ainda mais esses empresários, como o Refis - programa editado por Temer para permitir que empresários parecem e tenham descontos de dívidas com a União. Para Paim, "o refinanciamento das dívidas previdenciárias desses grandes devedores estimula a inadimplência de todos. "Devo, não nego e não pago, à espera do próximo Refis", segundo o senador; é o slogan dos que têm contas a pagar com a Previdência.

"Em resumo, o problema da Previdência é de gestão e fiscalização, de combate à sonegação, e fazer com que o dinheiro destinado à Previdência fique realmente na Previdência. Não existe desequilíbrio estrutural em hipótese alguma", defende Paulo Paim.

O relatório também denuncia os desvios de verbas da Previdência que ocorrem desde o início da criação da DRU (Desvinculação de Receitas da União), em 1994, também na gestão FHC. "Uma parcela significativa dos recursos originalmente destinados ao financiamento da Previdência foi redirecionada. Segundo cálculos da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfp), somente entre 2005 e 2014, um montante da ordem de R\$ 500 bilhões foi retirado da Previdência via DRU", criticou o senador em seu texto.

O relatório final irá à votação nas próximas semanas, quando os senadores que compõem a CPI vão analisar o texto e poder propor emendas à versão apresentado por Hélio José.



Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, rebateu no início desta semana, as declarações do Ministro Gilmar Mendes: "Estamos falando de trabalhador que é obrigado a comer carne podre, que não tem água potável, que dorme no chão, que não tem a menor condição de trabalho, tem que tomar banho no rio, o mesmo rio em que os búfalos ficam o dia inteiro como eu já pude presenciar em uma operação que fiz contra o trabalho escravo. Não estamos falando em quem fica no ar condicionado e tem dezenas de assessores", disse Fleury.

A remoção de Kadafi e o projeto imperial de recolonizar a África

DAN GLAZEBROK*

Há exatamente seis anos, em 20 de outubro de 2011, Muammar Kadafi foi assassinado, juntando-se a uma longa lista de revolucionários africanos martirizados pelo Ocidente por ousarem sonhar com uma independência continental.

Cedo naquele dia, a cidade natal de Kadafi havia sido ocupada por milícias apoiadas pelo Ocidente, após uma batalha que durou um mês durante o qual a Otan e seus 'rebeldes' encheram os hospitais e as residências de bombas, cortaram água e a eletricidade, após haver publicamente proclamado o desejo de "esfomearem a cidade até a submissão". Os últimos defensores da cidade, incluindo Kadafi, fugiram de Sirte durante a manhã, mas seu comboio foi capturado logo depois — vamos aqui poupar os leitores dos horripilantes detalhes, que a mídia ocidental se regozijou em exibir em todo o mundo como um filme sobre uma extinção — basta dizer que ele foi torturado e morto.

Sua morte foi o desfecho não apenas de sete meses da agressão pela Otan, mas de uma campanha contra Kadafi e seu movimento, que o Ocidente vinha desfechando há mais de três décadas.

Foi também a salva de tiros da abertura de uma nova guerra — uma guerra pela recolonização militar da África.

O ano de 2009, dois anos antes do assassinato de Kadafi, foi um ano central nas relações EUA-África. Primeiro, por que a China superou os EUA como o seu maior parceiro comercial e, segundo, por que Kadafi foi eleito presidente da União Africana.

O significado de ambos para o declínio da influência dos EUA no continente não podia ser mais claro. Enquanto Kadafi estava comandando os esforços para unir politicamente a África despendendo recursos com a finalidade de tornar este sonho realidade, a China silenciosamente destruía o monopólio norte-americano sobre seus mercados de exportação e financiamento dos investimentos. A África não precisava mais correr com o pires na mão para o FMI por empréstimos, aceitando se submeter a qualquer exigência que lhe fosse imposta. A resposta veio em tempos militares. Se os países africanos decidissem não mais mendigar empréstimos, mercados para exportação, seriam colocados em uma posição em que pediriam ajuda militar dos EUA.

Com esta finalidade, o AFRICOM — o novo Comando Africano do exército dos EUA — havia sido lançado no ano anterior, mas de forma humilhante para George W. Bush, nem um único país africano concordou em hospedar seu QG, ao invés disso, foi forçado a abrir uma sucursal em Stuttgart, Alemanha. Kadafi havia liderado a oposição africana ao AFRICOM, como memorandos diplomáticos exasperados dos EUA revelados pelo WikiLeaks deixaram claro.

Como o chefe da segurança da Líbia, Mutassim Kadafi, explicara a Hillary Clinton em 2009, o Norte da África já possuía um serviço de segurança efetivo em operação, através das forças de prontidão da União Africana e o CEN-SAD (uma organização de segurança dos estados do Sahel e Saara). A estrutura sofisticada antiterrorismo liderada pela Líbia tornava desnecessária a presença militar dos EUA.

Assim, a destruição da Líbia pela Otan atingiu três objetivos estratégicos para os planos dos EUA de expansão militar na África. O mais óbvio foi remover o principal oponente, Kadafi. Em 2º a agressão da Otan serviu para fazer entrar em colapso o delicado, mas efetivo sistema de segurança do Norte da África. 3º, a aniquilação do Estado líbio entregou o país nas mãos de esquadrões da morte e bandos terroristas. Estes grupos saquearam os arsenais militares líbios e criaram campos de treinamento a seu bel-prazer.

Boko Haram, Al-Qaeda, Estado Islâmico e dezenas de outros se beneficiaram da destruição da Líbia. Ao garantir a difusão dos grupos de terror, as potências ocidentais haviam criado a demanda por sua assistência militar.

Número crescente de ataques terroristas incluíram os ocorridos em Burkina Faso, Camarões, Etiópia, Quênia, Mali, Níger, entre outros.

O que Trump está fazendo é acabar com a maquiagem do "poder suave" para mostrar a extensão do punho de ferro que estava de fato no posto de comando de há muito. É a seqüência da abordagem militar que Bush e Obama já haviam mapeado. Com esta finalidade, Trump elevou os ataques a drones, removendo as limitadas restrições que havia no tempo de Obama. O resultado é um crescimento acelerado das mortes de civis, dos ressentimentos e ódio que alimentam o recrutamento para as milícias. Não é uma coincidência que a explosão de um caminhão-bomba que matou mais de 300 pessoas em Mogadíscio foi perpetrado por um homem de uma cidade que sofrera um grande ataque com drones atingindo mulheres e crianças, em agosto. A política da "guerra sem fim" é o ponto. Ela não apenas força os países africanos, que estavam finalmente se libertando da dependência do FMI, a se tornarem dependentes do AFRICOM.

* Articulista que escreve para RT, Counterpunch e Guardian — o artigo, do qual publicamos os principais trechos, foi publicada originalmente no RT, em 20 de outubro.

450 mil repelem nas ruas de Barcelona investida de Rajoy contra a Catalunha

450 mil pessoas foram às ruas de Barcelona no sábado (21) para repudiar o anúncio, pelo governo de Mariano Rajoy, da imposição do artigo 155 da constituição espanhola na Catalunha, para destituir a Generalitat [governo autônomo], instaurar uma junta e intervir por seis meses na região, ação que irá jogar gasolina na fogueira e levar a crise para nova e mais acirrada fase. Nesta sexta-feira, o Senado espanhol deverá carimbar a medida, com apoio do PSOE (socialistas).

O presidente catalão, Carles Puigdemont, havia na semana passada decretado por oito segundos a "independência", para imediatamente colocá-la em suspenso para a abertura de negociações com Madrid, ato que se seguiu à aprovação por 90% em referendo em que quase a metade do eleitorado participou e foi duramente reprimido pela polícia de Rajoy.

O separatismo foi insuflado pelo arrocho brutal da Troika, sob o anterior governo Rajoy, para socorrer a banca, e a supressão, por uma corte constitucional, de avanços na autonomia aprovados em 2006.

Manifestações em muitas cidades haviam apoiado a realização do diálogo, ao mesmo tempo que ocorreram também protestos contra a separação daquela que é a segunda mais rica região da Espanha, logo após Madrid. Também ocorreu a prisão de dois líderes pró-separação, acusados de "sedição".

Agora Puigdemont compara Rajoy ao ditador Franco e se disse pronto para convocar o parlamento regional para reagir. Ele afirmou ainda que o governo Rajoy "quer nomear uma junta para que teledirija de Madrid a autonomia catalã". Já a presidente da Câmara catalã, Carme Forcadell, se comprometeu a "defender a soberania" da instituição regional.

Apesar dos apelos da Generalitat à União Europeia, a primeira-ministra alemã Angela Merkel tem sido clara em expressar seu respaldo a Rajoy e "a constituição espanhola", ao contrário do que Berlim fez, quando deu início ao esvaziamento da Iugoslávia, "reconhecendo" imediatamente o separatismo esloveno e croata e, depois, ajudando a abrir a caixa de pandora da "independência de Kosovo" unilateral.

EUA tenta abafar evidências de seus crimes de guerra em Raqqa



Nos bombardeios foram usadas bombas incendiárias e de fósforo branco

Argentina: ex-presidente Cristina Kirchner é eleita senadora

Nas eleições legislativas realizadas no domingo 22 na Argentina, a ex-presidente Cristina Kirchner foi eleita senadora com 3.422.474 votos, sendo a dirigente peronista mais votada do país nessa disputa. "Unidade Cidadã veio para ficar", reafirmou no discurso em que situou politicamente o movimento UC como "a principal força opositora contra o modelo político e social de ajuste do governo Macri". Enviou uma mensagem aos líderes do peronismo e de outras forças políticas de oposição que triunfaram em seus distritos "porque se diferenciaram do governo". É preciso "ampliar a base de crescimento" para gerar a alternativa que deve ter um claro perfil "nacional e popular", frisou.

Nesse sentido, a senadora eleita marcou os setores que a apoiaram como "a base, não a totalidade, da construção de uma alternativa a este governo". Frase que foi interpretada como proposta da necessária organização de uma frente política que vá além da UC e inclusive do peronismo como estrutura partidária. Assinalou que sua força política "sabe que tem recebido seu voto fundacional, uma semente de esperança política e vamos regá-la todos os dias". "Não estamos sós", disse, e acrescentou, dando dicas de quais seriam seus eventuais aliados, que "há também em outras províncias claras e firmes lideranças políticas com os quais as oposições firmes e claras têm avançado em todo o país".

Porém, apesar da importante vitória da eleição de Cristina



Cristina Kirchner encheu o estádio de Racing em ato no final da campanha

Kirchner, a coalizão Cambiemos, que dá sustentação ao presidente neoliberal Mauricio Macri, venceu em 13 das 23 províncias do país. Na província de Buenos Aires, que concentra quase 40% dos eleitores, o candidato do Cambiemos ao Senado, Esteban Bullrich, conseguiu 41,39% dos votos, contra 37,24% da ex-presidente, elegendo 2 senadores dos três em disputa.

Um total de 78% dos 33,1 milhões de eleitores argentinos votou na eleição para renovar a metade das 254 cadeiras da Câmara de Deputados e um terço das 72 vagas do Senado. O partido de Macri não terá o controle total do Congresso, mas passa a ter mais força para aprovar as conhecidas reformas neoliberais que pretende, como a trabalhista, fiscal e política. E segundo o aliado de Michel Temer no Mercosul, essas medidas permitirão ao país ganhar "mais espaço em relação aos inves-

tidores estrangeiros para um crescimento econômico".

Além de Buenos Aires, o Cambiemos ganhou em províncias importantes como Córdoba, Mendoza e Santa Fe.

As causas da vitória de Macri apesar de sua política nociva para os trabalhadores e o povo podem ser várias. Mas a principal é a divisão do movimento peronista em particular. Vejamos em detalhe os números do principal distrito eleitoral do país, a província de Buenos Aires. Na eleição para o Senado o Cambiemos ganhou, como apontamos acima, com 41,39% contra 37,24% da Unidade Cidadã. Mas a aliança 1 País, do também peronista Sergio Massa, que disputou a eleição separado de Cristina, obteve 11,35% da votação. E a Frente Justicialista Cumplir, do ex-ministro Florencio Randazzo, teve 5,31%. Ou seja, unido, o movimento peronista somou 53,9% dos votos.

Corpo encontrado no rio Chubut no sul da Argentina é de Santiago Maldonado

O corpo encontrado na semana passada no rio Chubut, do sul da Argentina, foi confirmado que é de Santiago Maldonado, desaparecido em 1º de agosto em meio a uma violenta operação policial, assinalou seu irmão, Sergio Maldonado, na sexta-feira (20). "Pudemos olhar o corpo, de modo que estamos convencidos de que seja ele", declarou na saída do Instituto Médico Legal onde foi realizada a necropsia.

O jovem de 28 anos desapareceu no dia 1º de agosto depois que dezenas de agentes da Guarda Nacional entraram na ocupação dos índios mapuche "Pu Lof em Resistência", em Chubut, província da Patagônia argentina.

Segundo testemunhas, os

guardas dispararam balas de chumbo e borracha e queimaram os pertences das famílias da comunidade para tentar desocupá-la. Maldonado estava ali desde o dia anterior, acompanhando os indígenas e foi visto pela última vez quando tentava escapar dos tiros.

O terreno da Pu Lof ficou nas mãos do latifundiário Luciano Benetton, da empresa têxtil Benetton, e está ocupado por cinco famílias mapuche que lutam pela recuperação de seu território ancestral e por políticas em prol dos direitos indígenas desde março de 2015.

A multinacional italiana tem 900.000 hectares na Patagônia argentina, território que vem comprando a baixo preço desde o governo de Carlos Menem.

"Há grandes responsabilidades que desde o presidente (Mauricio Macri) para baixo terão que render contas à história, mas primeiro à justiça", advertiu a presidente das Avós da Praça de Maio, Estela de Carlotto.

"O presidente não disse nada até agora, e a ministra de Segurança, Patricia Bullrich, não disse na cara que não ia aceitar, que era um desaparecimento forçado e que nunca ia envolver a Gendarmeria", assinalou.

Estela frisou que a partir de agora "temos que buscar nos malditos que o esconderam, o mataram e o jogaram no rio".

Em uma mostra de apoio, o papa Francisco receberá nos próximos dias à família de Santiago Maldonado.

Filha de Fujimori também abençoada por Odebrecht: "aumentar a Keiko em 500"

O Ministério Público peruano citou a ex-candidata presidencial Keiko Fujimori — a filha do corrupto ditador que está preso — para que dononha sobre a "doação" que a Odebrecht asseverara ter feito à sua campanha, de acordo com o jornal La República e que não consta da prestação de contas de sua campanha. Conforme o jornal, há inclusive uma anotação na agenda eletrônica do ex-executivo-chefe da Odebrecht, preso pela Operação Lava Jato brasileira: "aumentar a Keiko em 500 e fazer uma visita".

O interrogatório deverá ocorrer no dia 9 de novembro, sendo que o promotor encarregado da investigação, José Domingo Pérez, deverá viajar ao Brasil para ouvir Marcelo Odebrecht, sobre a questão. A Operação Lava Jato, ele revelou ter entregue em 2011 um montante não especificado para a campanha da candidata do partido Força Popular, que então concorria contra Ollanta Humala (também propinado pela empreiteira).

A investigação em curso no Peru busca esclarecer a origem dos fundos milionários captados pela FP para

as eleições de 2011 — já citada — e de 2016, esta vencida por Pedro Pablo Kuczynski. Conforme o partido, não foi corrupção, mas lido dinheiro resultante de coquetéis com entrada paga, embora não haja lista de participantes. Também consta uma ong norte-americana suspeita, que atende pelo nome de LVF Liberty Institute. Keiko não se elegeu, mas graças aos miraculosos coquetéis seu partido detém a maior bancada no parlamento peruano. Melhor que a bancada de Keiko, só a do Cunha na Câmara de Deputados brasileira.

O ministro da Defesa da Rússia, general Konashenkov, disse que Washington quer "abafar as evidências dos bombardeios bárbaros dos seus aviões" contra a cidade de Raqqa, no leste da Síria

O ministro da Defesa da Rússia, major-general Igor Konashenkov, acusou no domingo (22) os Estados Unidos de terem a "intenção de abafar rapidamente as evidências dos bombardeios bárbaros dos aviões norte-americanos e da coalizão que enterraram milhares de civis sob as ruínas de Raqqa".

A cidade de Raqqa, na região leste da Síria, foi tomada pelo bando que se autoproclamou Estado Islâmico, e se tornou um dos principais bastiões destes terroristas.

A pretexto de combater os EUA desferiram inúmeros ataques aéreos sobre Raqqa, sem qualquer autorização do governo sírio ou mesmo sem solicitar sua participação na árdua luta que a Síria, com amplo apoio internacional, vem empreendendo para debelar o ataque terrorista que — após financiar e treinar dezenas de milhares de mercenários — dizia combater na região.

Konashenkov destaca que, após a cidade ser inteiramente arrasada e, só nestas condições haver sido 'libertada' do EI, com milhares de civis mortos pela explosão de bombas e mísseis lançados a esmo, "enquanto Raqqa ainda não conseguiu esfriar após os bombardeios da coalizão internacional, já os altos funcionários de Washington, Paris e Berlim começaram a fazer declarações sobre a alocação urgente de dezenas de milhões de dólares e euros para Raqqa. Esses milhões deveriam alegadamente ajudar a restaurar a vida pacífica na cidade". Mas, o general ironiza esta "generosidade" e a questiona: "Deveríamos saudar tal generosidade, mas temos dúvidas".

Em primeiro, lugar, conforme aponta Konashenkov, a Rússia tem insistentemente pedido ajuda humanitária e apontado as regiões onde essa ajuda é mais urgente e necessária, sem que nada tenha sido providenciado, "nem pelos EUA, nem pelas nações europeias".

O jornalista norte-americano, Roy Gutman, em sua matéria "Os Estados Unidos dizem estar destruindo Raqqa para salvá-la dos terroristas, enquanto os civis que se danem", publicada no portal The Daily Beast, em 22 de junho

alertava que os bombardeios atingiam os residentes ou os que tentavam fugir para salvar suas vidas: "Bairros inteiros estão sendo aplainados pelos bombardeios, com pouca ou nenhuma consideração pelos civis que não conseguiram fugir do interior. É como lançar uma bomba nuclear por etapas".

Já em junho, um grupo de pesquisadores da ONU sobre a guerra na Síria denunciou o "alarmante" número de civis mortos pela força aérea norte-americana. Eles declararam que a derrota do EI não pode vir "a expensas das vidas de civis sob cerco" na cidade con-

trolada pelo bando.

Além do bombardeio indiscriminado, a ONU destacou que a força aérea que atacava Raqqa, usou armas banidas, a exemplo de bombas incendiárias e de fósforo branco.

Até mesmo Paulo Pinheiro, que preside a Comissão de Inquérito sobre a Síria e que, em relatórios anteriores chegou a culpar o governo sírio pelos ataques com mortes de civis que o país sofreu, não conseguiu calar diante da barbárie que aconteceu em Raqqa. Em depoimento ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em junho, declarou que a Comissão estava, já então, "gravemente preocupada com o crescente número de civis que morrem durante as investidas aéreas".

Ele também declarou que além dos mortos, centenas de milhares de civis empreenderam fuga diante do bombardeio crescente "deixando para trás seus lares e tornando-se deslocados dentro de seu próprio país".

A fuga desesperada também elevou o número de mortes entre civis, pois segundo a equipe da ONU, "famílias que tentavam escapar de Raqqa, foram pegas sob fogo cruzado dos dois lados, com o Estado Islâmico usando megafones para ordenar a que ninguém deixasse a cidade e quando os fugitivos eram pegos em fuga, tornavam-se alvos de tiros e seus carros eram incendiados".

Hassan Kirfou, um dos mais de 10.000 residentes que chegaram a um campo para pessoas deslocadas, na cidade vizinha de Ain Issa, declarou que um ataque aéreo atingiu a mesquita onde ele trabalhava e que ele escapou por pouco, uma vez que acabara de fechar os portões de mesquita ao anoitecer.

Mas nem todos tiveram a mesma sorte, "Eu vi três adolescentes mortos, empilhados, ao lado da mesquita Nour".

"Eu não sei por que eles atiram com mísseis nestas áreas onde restaram apenas poucos franco-atiradores".

Abu Hamoud, outro que escapou de Raqqa denunciou que "os bombardeios destruíram um prédio de quatro andares. Pessoas ficaram presas ou morreram sob os escombros. No ataque usaram também fósforo branco".

Diante das denúncias da ONU e de inúmeras organizações humanitárias, o Comando Central dos Estados Unidos (USCentCom) declarou que os crimes eram inevitáveis. "Custa um esforço extraordinário atingir alvos militares de uma forma que minimize o risco de baixas civis" e acrescentou: "Em alguns incidentes as baixas civis são inevitáveis".

Em Raqqa, o número de civis mortos chegou a mais de 3 mil, inclusive com dados do insuspeito Observatório de Direitos Humanos na Síria, com sede em Londres.

NATANIEL BRAIA

Governo sírio condena presença norte-americana em Raqqa

O ministro da Informação da Síria, Muhamed Ramez Turjuman, condenou na terça-feira (24), a presença de forças norte-americanas na província de Raqqa, que teve seu anúncio de "libertação do Estado Islâmico". "Não consideramos [Raqqa] uma cidade libertada até que na cidade entre o Exército Árabe Sírio e hasteie a bandeira da Síria. Isso vale para qualquer ponto do mapa sírio", contestou o ministro.

Em matéria publicada pelo portal Sputnik, comandantes das chamadas Forças Democráticas da Síria (FDS), que são predominantemente compostas por curdos separatistas, informam que estas forças são treinadas e financiadas pelos Estados Unidos.

Idris Mihemed, que comanda os treinamentos no campo de Ayn Issa, declarou que 2.000 milicianos das FDS, que entraram em Raqqa após mais de 100 dias de bombardeio que destruiu toda a cidade e ceifou a vida de milhares de civis (ver matéria acima), são treinados pelas forças norte-americanas. As informações destacam que os recrutados recebem salário e armas. A ocupação norte-americana na Síria busca criar um enclave sob seu controle em torno de Raqqa: O pessoal treinado vai servir em regiões tais como Mansura, Tabqa, Sirrin e Ayn Issa", afirmou à Sputnik o responsável pelas unidades de segurança das FDS em Raqqa.

Washington corrói o poder do dólar

PAUL CRAIG ROBERTS*

Leitores nos EUA e no mundo inteiro querem saber o que fazer do anúncio de que a China conduzirá compras e vendas de petróleo em moeda chinesa com suporte de ouro.

Isso é um ataque da Rússia e da China ao dólar? O dólar enfraquecerá e entrará em colapso ao ser descartado como a moeda em que o petróleo é negociado? Estas e outras questões estão na mente dos leitores.

Abaixo está a minha opinião:

O valor do dólar dos EUA depende se bancos centrais, empresas e indivíduos se contentam em manter seus ativos ou riqueza em dólares. Se estiverem, não importa qual moeda é usada para transacionar o petróleo. Se não estiverem, não importa se todo o petróleo é negociado em dólares. Por quê?

Porque se eles não quiserem manter dólares, irão despejar os dólares assim que a transação for concluída e mudar para outras moedas ou ouro. O que a China está fazendo é criar uma moeda que possa ser mais atrativa de manter.

É possível que a moeda chinesa apoiada no ouro seja um movimento contra o poder dos EUA, mas eu vejo isso de forma diferente. Eu vejo isso como uma proteção contra o poder dos EUA. A China e a Rússia estão se desvinculando do sistema do dólar, porque Washington, em seu abuso do papel da moeda mundial, usa o mecanismo de pagamentos em dólares para impor sanções a outros países e ameaçá-los com a exclusão do sistema internacional de compensação de pagamentos.

Em outras palavras, Washington, em vez de operar um sistema justo, usa seu papel de moeda mundial para dominar outros países. Rússia e China são muito fortes para serem dominados, e, portanto, estão balizando o sistema do dólar. Se outros países seguirem, o dólar deixará de ser um instrumento de controle dos EUA sobre o resto do mundo.

Para colocar isso em palavras diferentes, Bretton Woods deu a Washington a responsabilidade pelo sistema financeiro mundial. Washington abusou do poder que lhe foi confiado, usando o sistema do dólar para desestabilizar outros países, como a Venezuela atualmente. O abuso de Washington do papel da moeda mundial para avançar os interesses financeiros e empresariais americanos e o poder de Washington sobre as políticas domésticas e estrangeiras de outros países colocaram forças em movimento que eliminarão o papel do dólar como moeda de reserva mundial.

A arrogância e presunção de Washington estão destruindo o poder americano.

* *Economista e jornalista, foi subsecretário do Tesouro do governo Reagan e editor do Wall Street Journal*



Judeus ortodoxos contra serviço militar

Judeus ortodoxos nas ruas: “antes a cadeia do que servir no exército sionista”

Manifestação de centenas de judeus ortodoxos contra o alistamento militar obrigatório no exército sionista de ocupação, diante do Knesset, o parlamento israelense, em Jerusalém, foi duramente reprimida nesta segunda-feira (23) e pelo menos 11 foram presos. Protestos da semana passada, em Jerusalém e na vizinha Beit Shemesh, que reuniu milhares, acabou em 120 detidos. Os jovens exibiam cartaz com os dizeres: “antes a cadeia do que servir ao exército sionista”. As duas manifestações também exigiram a imediata libertação de 45 jovens estudantes de yeshiva – instituição onde os textos religiosos judaicos são ensinados – que estão presos em instalação militar acusados de se evadirem do alistamento.

Por razões de ordem religiosa, os judeus ultra-ortodoxos sempre se recusaram a prestar serviço militar, para se dedicarem ao estudo do livro sagrado judaico, a Torá, sendo que parte deles também não reconhece o Estado sionista e se recusa a

reprimir e assassinar palestinos. A isenção existia desde o governo de Ben-Gurion, fundador do Estado de Israel, e foi revogada em setembro pela Suprema Corte, que a considerou “inconstitucional”.

Assim, se repetiram as cenas que já são comuns em Israel, com os judeus ultra-ortodoxos, de tranças e trajando suas vestes típicas sendo arrastados por policiais. No ato dessa segunda-feira, Netanyahu lançou policiais montados e canhões de água contra os jovens anti-alistamento. O líder da Faccção de Jerusalém, Rabi Shmuel Auerbach, conclamou os jovens a se absterem de obter isenções – alternativa disponível por enquanto – ou de cooperar com os militares de qualquer outra forma.

Segundo os arautos da “obrigação para todos” de servir ao apartheid, roubar terras e espancar e matar palestinos, a isenção aos jovens ultra-ortodoxos fere o princípio do “igualitarismo” entre jovens seculares e jovens religiosos.

‘China jamais buscará hegemonia’ anuncia Xi Jinping no 19º Congresso



Congresso aclama Xi Jinping e elege novo Comitê Central de 204 membros

Coreia Popular construiu sua dissuasão nuclear depois de décadas de ameaças da Casa Branca

O governo de Donald Trump está ampliando seus esforços para pôr em prática sua “política de adesão de todos para pressionar a RPDC”, como denomina o próprio governo dos EUA as campanhas de seus diplomatas em todo o mundo junto à diplomacia e governos dos países alinhados ou não à política externa dos EUA para bloquear e isolar a RPDC.

Trump quer obrigar as potências regionais e outros países do mundo a romper ou reduzir as relações diplomáticas, econômicas e militares com a República Popular Democrática da Coreia – RPDC.

O xerife de plantão de turno no país norte-americano quer bloquear totalmente e se possível colocar de joelhos o país socialista e nesses esforços usa o vice-presidente dos EUA, o secretário de Estado e seus assistentes, além dos organismos da ONU para pressionar a sociedade internacional a escolher entre a RPDC e os EUA quando não é disso que se trata. Ninguém precisa ser socialista para defender o legítimo direito de um país escolher o socialismo como regime de governo.

Os EUA e seus monopólios de mídia acusam a RPDC de ser “o país mais fechado do mundo”, mas trabalham exaustivamente para isolá-lo, meio mais fácil para que suas mentiras e difamações sobre o país socialista sejam aceitas. Ninguém pode defender o que não conhece. E no caso da Coreia, quanto mais se conhece o socialismo mais se percebe os absurdos que os EUA e seus fantoches afirmam sobre o país asiático

de civilização e cultura cinco vezes milenares.

A arrogância do imperialismo norte-americano não o permite ver que mentiras têm pernas curtas e que não é possível enganar a todos por todo o tempo. Todo o mundo sabe que a Coreia só desenvolveu suas armas nucleares depois de sofrer por décadas chantagens e ameaças nucleares dos EUA contra ela e perceber que a única linguagem que os EUA entenderiam, seria essa, a da força nuclear. Portanto, o único meio de impedir a guerra e manter minimamente a paz na Península Coreana, apesar das tensões. O direito de defesa da pátria, da soberania e da integridade territorial da nação é obrigação de todo governo legítimo e independente.

AFRONTA

Impor aos países do mundo com que país cada nação deve se relacionar não é apenas uma afronta ou uma hostilidade à Coreia socialista, como se isso fosse pouco, mas uma agressão ao direito à autodeterminação de cada nação do mundo, é uma desconsideração e desrespeito com o povo, é um atentado à independência e uma violação da soberania de cada um desses países aos quais os EUA achincalham ao tentar submetê-los às suas exigências de alinhamento automático em política externa, a sua política de dois pesos e duas medidas e as suas pretensões hegemônicas. Enfim, com isso, os

EUA tentam rasgar e jogar no lixo a soberania de cada nação, o direito internacional e a Carta da ONU.

“Se a atitude dos EUA fosse legítima, justa e aceitável para a sociedade internacional não seria necessário mendigar e ameaçar os outros países mobilizando não só todos os seus embaixadores no estrangeiro como também o mandatário e o Secretário de Estado ameaçando abertamente em sancionar os países que não executarem a “resolução de sanção” anti-RPDC”, afirmou o governo da Coreia neste sábado (21) em Pyongyang, e prosseguiu:

“A única ‘superpotência’ do mundo está aplicando sanções e pressão contra a RPDC até aos pequenos países, pequenas ilhas do Pacífico, aos quais nunca deu a menor atenção. Talvez essa diplomacia ameaçante de sanções dos EUA tenha resultado com alguns países que deles tenham medo ou que vivam de sua ajuda financeira, porém os países independentes jamais a aceitarão.

“Na sociedade internacional e no próprio território dos EUA já se manifestam opiniões que desacreditam nessa diplomacia e vaticinam seu fracasso no caso da RPDC. Ainda que os EUA se valham de todos os meios para formar uma rede de bloqueio internacional, não pode frear a justa causa da Coreia de Juche nem impedir o crescimento do apoio e solidariedade internacional com ela”, finaliza o comunicado publicado pela KCNA.

ROSANITA CAMPOS

Festival da Juventude: “100 após o triunfo da Revolução Russa a luta anti-imperialista continua mais atual que nunca”

Expressando seu rechaço à política de ingerência dos Estados Unidos, os mais de 25 mil jovens de 180 países participantes do XIX Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes reunidos em Sochi aprovaram uma Declaração Final que destaca que o movimento do festival conserva seu caráter anti-imperialista, antifascista e anticolonialista.

O presidente da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), Nikolus Papademetriou, leu a declaração final do foro, realizado no conhecido balneário russo, na qual se expressa uma condenação clara à política de agressões e invasões de Washington.

Papademetriou destacou o significado de comemorar o Centenário da Grande Revolução Socialista de Outubro, fato que acelerou o colapso do sistema colonial e foi um impulso para novas conquistas sociais no conjunto da Humanidade. “Confirmamos que

100 anos depois do triunfo da revolução na Rússia, a luta anti-imperialista é mais atual que nunca”, assinalou ao apresentar o texto.

O dirigente cipriota chamou a repudiar os blocos militares das potências imperialistas como a Otan, e exortou a juventude progressista de seus países membros para denunciar e impedir a ação agressiva dessa estrutura militarista.

A declaração denuncia o sofrimento do povo sírio, a provocação do conflito nesse país como parte de uma agenda estrangeira para a apropriação das riquezas minerais, energéticas e da água, entre outras, assim como a agressão israelita contra o povo da Palestina.

Na América Latina prossegue a imposição de bloqueios, como o dos Estados Unidos contra Cuba, e a desestabilização de governos, assinala o documento.

Eleições antecipadas deixam Abe no mesmo lugar

Em eleições realizadas com antecipação de um ano, o governo de Shinzo Abe logrou se manter com praticamente o mesmo número de deputados que tinha e, conforme a emissora de tevê estatal NHK, o governista Partido Liberal Democrático (PLD) e seu aliado Novo Komeito conseguiram 313 deputados de um total de 465. O primeiro-ministro Abe, que fez campanha tentando aterrorizar o povo japonês com “a ameaça da Coreia Popular”, está buscando apresentar o resultado como uma grande

vitória, que o cacifará para revogar o artigo 9 da constituição que proíbe a intervenção de tropas japonesas no exterior e a remilitarização.

O recém formado Partido Constitucional Democrático do Japão foi o segundo mais votado, com 54 cadeiras, superando o também novo Partido da Esperança (Kibo no To), liderado pela governadora de Tóquio, Yuriko Koike, que apenas ficou em terceiro, com 49. O Partido Democrático, que chegou a governar entre 2009 e 2012, esfacelou-se, com

seus integrantes se dividindo entre os dois novos partidos. O Partido Comunista Japonês caiu de 21 para 12 mandatos.

Antes de apelar para fazer Pyongyang de bode expiatório e apostar na antecipação da eleição, Abe vinha sofrendo um grande desgaste sob acusações de corrupção. A campanha eleitoral durou apenas doze dias. Centenas de voos foram suspensos no dia da votação por causa do tufão Lan, de intensidade 4, e dezenas de milhares de pessoas precisaram ser removidas de suas casas.

Principal contradição da sociedade chinesa agora “é entre o desenvolvimento desequilibrado e as necessidades cada vez maiores do povo por uma vida melhor”, conclamou o dirigente do Partido

O presidente chinês Xi Jinping reafirmou no 19º Congresso do Partido Comunista chinês, que se encerrou nesta terça-feira (23), o compromisso da China de “nunca buscar a hegemonia nem se engajar em expansão” seja qual for o nível de desenvolvimento alcançado, defender a paz e contribuir para “um futuro compartilhado para a humanidade”.

No seu informe ao Congresso, Xi convocou os 89 milhões de militantes a, em duas etapas, até o centenário da vitória da revolução chinesa em 2049, tornar a China “um poderoso país socialista modernizado, que seja próspero, democrático, civilizado, harmônico e belo”. O líder chinês reiterou ainda que a luta contra a corrupção – que chamou de “maior ameaça ao partido” – é “irreversível” e que “corruptos e corruptores”, não importa aonde se escondam, “serão perseguidos, capturados e levados à justiça”.

Após assinalar que a meta de construir um socialismo moderadamente abastado estará concluída até 2020 e que o socialismo com características chinesas está entrando em uma “nova era”, o presidente Xi chamou a atenção para que “a principal contradição enfrentada pela sociedade chinesa evoluiu” e agora “é entre o desenvolvimento desequilibrado e inadequado e as necessidades cada vez maiores do povo para uma vida melhor”.

Como Xi assinalou, quanto “as necessidades básicas de mais de um bilhão de pessoas se encontram essencialmente atendidas” – o que é uma proeza histórica inédita em tão curto intervalo de tempo –, são cada vez “mais amplas” as necessidades materiais e culturais das pessoas a serem respondidas: “suas demandas de democracia, estado de direito, justiça, segurança e um ambiente melhor estão aumentando”.

Conforme Xi, esse processo “não será um passeio no parque” e demanda pelo menos “15 anos de trabalho duro”. Ele recordou o papel do partido para tirar a velha China da situação de humilhação legada pela Guerra do Ópio e da trágica acumulação de pobreza e debilidade”. Xi conclamou o partido a trabalhar incansavelmente para concretizar o sonho de renascimento nacional e a avançar na reunificação da pátria, com base no “um país, dois sistemas” – o que significa, essencialmente, Taiwan.

2.336 delegados participaram do congresso e elegeram o novo comitê central de 204 membros e 172 suplentes. Os “14 pontos” para desenvolver o sistema socialista chinês destacados por Xi incluem a persistência nas chamadas reformas estruturais [“pelo lado da oferta”] e “os novos conceitos de desenvolvimento”; a percepção do povo como dono do país e da legalidade socialista; a manutenção dos valores-chave do socialismo; e a coexistência harmoniosa entre o ser humano e a natureza.

O balanço desde o congresso anterior é altamente positivo. Mais de 60 milhões de pessoas saíram da pobreza nos últimos cinco anos. A economia manteve uma taxa de crescimento média-alta, tornando a China líder entre as principais economias, e contribuindo com mais de 30% do crescimento econômico global. O PIB passou de 54 trilhões de yuans para 80 trilhões de yuans (US\$ 12

trilhões) nos últimos cinco anos. A produção anual de grãos atingiu 600 milhões de toneladas métricas. O nível de urbanização aumentou em uma média anual de 1,2 pontos percentuais, e mais de 80 milhões de pessoas se mudaram de áreas rurais para áreas urbanas permanentemente.

Refletindo as mudanças em curso na China, em 2016 o consumo representou cerca de 54% do PIB. A China também procedeu à reestruturação e fusão de estatais, para modernizar, como nos trens de alta velocidade, indústria nuclear, indústria aeroespacial e de defesa, ou para eliminar capacidade em excesso como no caso da siderurgia. O setor estatal é que “puxa” a economia. Pequim também tomou medidas para controlar a especulação imobiliária e financeira. Tornou-se o maior produtor mundial de automóveis, com 28 milhões de veículos no ano passado. Na robótica, avança a passos largos, com 90 mil novos robôs em 2016, metade do total mundial e 30% a mais que no ano anterior.

A China também está desenvolvendo o projeto do Cinturão e Rota da Seda, compreendendo um intenso desenvolvimento de ferrovias, portos, fibra ótica e gasodutos desde o país asiático até a Europa, passando pela Ásia Central, pela Rússia e por via marítima, e com extensões para a África e América Latina.

CÂMBIO E JUROS

Xi também asseverou que a China vai tornar as empresas chinesas “globalmente competitivas” e que o câmbio e os juros serão “cada vez mais ditados” pelos mercados – seja lá o que isso quer dizer, sob o sistema bancário estatal e o governo chinês. Pequim vem ainda insistindo na “globalização ganha-ganha”, o que já mereceu do Economist a irônica descrição de que parecia estar ecoando o que Washington costumava dizer nos fóruns globais, e que mudou sob Trump e seu rompimento com acordos como o TPP. Em agosto, o FMI advertiu que a dívida da China, de 235% do PIB, estava “numa trajetória perigosa”. A China é o maior exportador do planeta, e o segundo maior importador, e já é a segunda maior fonte de investimento direto no estrangeiro.

Quanto aos desequilíbrios detectados no informe de Xi, é oportuno que a questão esteja sobre a mesa. A restauração do mercado na China teve como consequência, como não podia deixar de ser, a intensificação da desigualdade e, conforme pesquisa da revista chinesa Hurun, equivalente à Forbes, a China agora representa 36% dos bilionários do planeta. Em 2003 não havia nenhum. Segundo estudo realizado pelo economista francês Thomas Piketty, a participação na renda nacional chinesa dos 50% mais pobres da população caiu de 28% para 15% no período de 1978-2015, enquanto a renda dos 10% mais ricos subiu de 26% para 41% no mesmo período. Os 1% agora detêm 13% do PIB. Também há desenvolvimentos auspiciosos: no final de 2016, o seguro médico básico atingiu mais de 1,3 bilhão de cidadãos chineses, representando mais de 95% da população total. O novo sistema integrou o seguro básico para servidores públicos e de estatais urbanos e o novo esquema médico cooperativo rural.

ANTONIO PIMENTA

Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil - 12

Continuação da edição anterior

A disposição primeira dos deputados brasileiros não era pela separação do Brasil de Portugal. Mesmo aqueles que tinham participado de levantes republicanos contra a Coroa

CARLOS LOPES

Nas Cortes de Lisboa – a Constituinte originária da Revolução do Porto, também chamada “Soberano Congresso” – o ponto de vista lusitano pode ser resumido, em geral, a que a Independência do Brasil era impossível.

Não são apenas as medidas tomadas pelas Cortes que mostram que o absurdo, em termos ideológicos, pode predominar – e, com efeito, predominou. Um dos principais deputados portugueses, Borges Carneiro – um dos líderes do levante de 1820 e um dos autores da Constituição que saiu das Cortes – disse, em discurso no plenário:

“O partido do príncipe [D. Pedro] não tem importância alguma; mandem-se [para o Brasil] militares e almirantes não afeiçoados ao paço, e com eles uma alçada para o exercício da Justiça, que se restaurará prontamente o respeito aos poderes públicos de Portugal.”

Dos deputados portugueses, Borges Carneiro é considerado até hoje – e com razão – o mais sensível às reivindicações brasileiras. Pode-se imaginar os outros.

Tais afirmações não eram iniciais nas Cortes de Lisboa, mas “diziam-se essas coisas quando já haviam soado no Congresso informações oficiais do entusiasmo com que os povos [do Brasil] acolhiam as resoluções do governo do Rio” (cf. Gomes de Carvalho, “Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821”, ed. cit., p. 309).

Até homens moderados, como o deputado brasileiro Villela Barbosa – o futuro marquês de Paranaguá, ministro várias vezes e senador no reinado de Pedro II – foram, diante da atitude portuguesa, obrigados a radicalizar a própria posição. Por exemplo:

“Os povos não são rebanhos de ovelhas, cuja propriedade pertença a alguém. O Brasil tem tão livre a sua vontade e tanto direito de a manifestar como tem e teve Portugal no famoso dia 24 [de agosto de 1820: a Revolução do Porto]” (Villela Barbosa, sessão de 27/08/1822).

Se assim falava Villela Barbosa, pode-se intuir como se expressavam deputados brasileiros com a posição política de Cipriano Barata ou do padre Alencar – pai do romancista José de Alencar. Dizia, nas Cortes, Alencar:

“Não entrarei em minuciosa indagação dos artigos constitucionais prejudiciais ao Brasil. (...) falarei tão somente de um artigo constitucional, que, sendo prejudicial ao Brasil, está além disso reprovado e rejeitado absolutamente pelos brasileiros, isto é, que o Poder Executivo do Brasil nunca recaia na pessoa do herdeiro da Coroa e que Sua Alteza Real regresso para Portugal.

“Ora, por que fatalidade se faria este artigo ao mesmo tempo que todo o Brasil obrava em sentido contrário, assinando Sua Alteza regente defensor perpétuo do Brasil?”

“Por que fatalidade o soberano Congresso, cujas deliberações não devem chocar diretamente com a vontade dos povos, havia de sancionar um artigo contrário à vontade expressa e geral de uma tão preponderante parte da nação?”

“E se o soberano Congresso assim quis olhar, deverão os deputados brasileiros subscrever o ato da reprovação e indignação dos seus constituintes?”

“E porventura ainda fato

duvidoso que os brasileiros não querem que o príncipe venha para Portugal?”

“Há alguma porção do Brasil que se não tenha declarado a favor dele, se excetuarmos o Pará e o governo do Maranhão, mas não o povo do Maranhão, como já ontem disse?”

“A mesma Bahia, apesar de subjugada pelas armas europeias, não tem proclamado o príncipe em todas as vilas do Recôncavo?”

“Pois então, como ainda se duvida da vontade geral do Brasil?”

“E à vista disso devem os deputados brasileiros assinar a Constituição obrando expressamente contra a vontade dos seus constituintes?”

REVOLUÇÃO

Notemos que a disposição primeira dos deputados brasileiros não era pela separação do Brasil de Portugal. Mesmo aqueles que tinham participado de levantes republicanos contra a Coroa, como Cipriano Barata:

“O Brasil não se quer separar de Portugal, desde que os seus deputados aqui chegaram tem procurado a união: eu mesmo tenho falado sempre com a maior sinceridade e entusiasmo; mas o Congresso é incrível; pois eu afirmo que Portugal se não há de separar do Brasil, porque o Brasil não quer; o Brasil há de lançar-lhe arpêus com que o há de unir e prender a si; e ainda haverá quem diga que o Brasil aspira à desunião?”

Ou o deputado Antonio Carlos de Andrada, em seu primeiro discurso nas Cortes:

“A respeito de se dizer que os povos, apesar de gozarem os mesmos direitos, não há de ter todos as mesmas comodidades, digo que isto, se assim fosse, a nossa união não duraria um mês. Os povos do Brasil são tão portugueses como os povos de Portugal e por isso não há de ter aqui iguais direitos. Enquanto a força dura, dura a obrigação de obedecer. A força de Portugal há de durar muito pouco, e cada dia há de ser menor; uma vez que se não adotem medidas profícuas e os brasileiros não tenham iguais comodidades” (sessão de 13/02/1822).

Essa era a disposição de dois deputados que estavam entre os maiores representantes do nacionalismo brasileiro de então. Somente para ressaltar o sentido em que evoluiu a luta dentro das Cortes de Lisboa, lembremos que Antonio Carlos, poucos meses depois, respondendo aos insultos assacados contra os brasileiros, dirá, da mesma tribuna: “Quando fala um deputado brasileiro, cala a canalha portuguesa” (cf. Casimiro Neto, “A Construção da Democracia: Síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das Assembleias Nacionais Constituintes e do Congresso Nacional”, Câmara, 2003, p. 63).

Enquanto isso, já em março de 1821, ao examinar os debates nas Cortes, escreveu Hipólito da Costa, no seu “Correio Brasiliense”, em artigo intitulado “Revolução no Brasil”:

“Não há produção de Portugal que o Brasil não possa comprar com seu ouro a melhor mercado, ou trocar por outras produções suas em países estrangeiros. Mas Portugal tanto precisa do Brasil, que o deputado das Cortes Fernandes Tomás, homem judicioso, e que se instruiu a fundo nesta matéria, foi obrigado a confessar no seu relatório às Cortes, que as exportações de Portugal para o Brasil estavam longe de



Deputados brasileiros nas Cortes Portuguesas



contrabalançar o valor dos gêneros recebidos daquele país.”

[NOTA: Fernandes Tomás era o principal deputado português nas Cortes, maior líder da Revolução do Porto e membro da Junta que tomou o poder em 1820. Diz o principal historiador dessa revolução: “A primeira revolução liberal portuguesa tem a sua verdadeira personificação em Fernandes Tomás. O marquês de Pombal com a sua energia e vasta inteligência representa a revolução das ideias contra o passado dos jesuítas, da inquisição e dos frades; Manoel Fernandes Tomás representa a última palavra da grande obra pombalina, ou a revolução política” (cf. José D’Arriaga, “História da Revolução Portuguesa de 1820”, vol. 2, Portuense/Lopes & Cia., Porto, 1887).]

Hipólito da Costa estava exilado em Londres desde 1805, após escapar dos cárceres da Inquisição portuguesa, em que permanecera três anos por ordem de Pina Manique, o brutal chefe de polícia de D^a Maria I, a Louca, por ser maçom.

Em “Revolução no Brasil”, escrito um ano e meio antes da Independência – quando, mesmo no Brasil, permanecia o entusiasmo com a Revolução Liberal do Porto – Hipólito aponta para as injustiças contra a sua terra natal:

“Os procedimentos em Portugal, pelo que respeita o Brasil, têm até aqui levado uma direção mui errada; e até contraditória, que nos parece tendente a causar a separação daqueles dous Estados.

“... quando se promulgou em Portugal o regulamento para a eleição dos Deputados de Cortes, copiado da Constituição Espanhola, excluíram-se todos os artigos que diziam respeito aos domínios ultramarinos, dizendo-se que não tinham aplicação.

“Por que não tinham aplicação? (...) se o povo de Portugal assenta que como povo tem o direito de escolher para si a Constituição que quiser, e não a que outrem lhe imponha, seguramente deve convir que não tem direito de ir impor essa constituição, que fizer, ao povo do Brasil, que nela não teve parte.

“E que maior causa de divisão e discórdia se pode apresentar a duas porções de uma monarquia, do que tentar uma delas ditar leis constitucionais, sem primeiro buscar de ouvir o voto da outra?”

“Um dos deputados das Cortes, que nelas tem mostrado mais justas ideias de política, propôs que se admitisse certa representação nominal, por meio de substitutos aos deputados das províncias ultramarinas. Sem entrar no escrupuloso exame desta propo-

sição, nem de seus resultados práticos, podemos dizer que a mera adoção deste projeto mostraria o desejo das Cortes de reunir com Portugal, no sistema constitucional, as outras partes da Monarquia. Mas esta proposta encontrou mui geral oposição, e por motivos evidentemente especiosos; o que não pode deixar de produzir no Brasil o correspondente efeito.

“... Se, por outra parte, (...) os deputados que a isto se opuseram desejam a união política dos dous Reinos, **aparecerá como inexcusável enfatuação tratar de bagatela todo o Reino do Brasil, superior ao de Portugal em extensão de território, em população, em riquezas, e em recursos de toda a qualidade.**

“... Na sessão das Cortes em que tantos membros foram de parecer que não convinha procurar os deputados do Brasil, geralmente se admitiu que se chamassem deputados das Ilhas; ora, as razões que se expenderam contra os do Brasil, eram exatamente aplicáveis às Ilhas, logo há razão para supor que existem outros motivos, que se não alegaram.

“... além da linguagem dos Deputados há outras circunstâncias, como dissemos, concorrentes, que indicam desejos de não ter o Brasil unido com Portugal; e daremos um exemplo.

“O Edital da Junta do Comércio é um documento assaz notável, neste sentido. Proíbe a saída de marinheiros que não sejam os necessários à tripulação dos navios, para impedir a emigração para o Brasil.

“Primeiramente, mal vai ao povo na sua terra, se é preciso proibir-se-lhe que saiam dela; porque só a má vivenda pode obrigar os homens a deixar o seu país, em tal número, que precise isso impedir-se por medidas do Governo.

“Depois, quando se trata de emigração, isto se entende da saída da gente para um país estrangeiro: ora, se se considero o Brasil como parte de Portugal, a palavra emigração, e a proibição desta, são mui pouco aplicáveis.

“Se é reino unido, a passagem da gente de umas províncias para outras não pode chamar-se emigração; e a prisão dos indivíduos em uma província, a respeito de outra, mostra uma espécie de servidão, que mui mal se compadece com as presentes ideias de liberdade em Portugal.

“... não é possível que todos os povos do Brasil fechem os olhos ao abatimento a que se submetem, aceitando uma Constituição feita por quem os não quis consultar; e tornando assim o Brasil a retrogradar para o estado de colônia de Portugal, quando era já Reino, considerado igual em direitos, por concessão de seu Rei comum.

“... se o Brasil tem de ser administrado por leis feitas pelas Cortes de Portugal, sem os povos do Brasil serem nisso ouvidos, **ficarão reduzidos a mera colônia.**”

O fecho desse artigo é algo, até hoje, modelar – pela sua lucidez política e ao remeter o fundo da questão aos fatores econômicos:

“Ora, Portugal nem tem, nem pode ter, sequer o pão, que lhe é necessário para seu sustento; o Brasil, abundante em todas as produções necessárias, só precisa de que se lhe não impeça a indústria; a separação, portanto, dos dous Reinos, que os sentimentos das Cortes, em oposição ao projeto de procurar deputados do Ultramar, dão lugar para recetar, não pode deixar de ser mui nociva a Portugal; e é em respeito a este, que a lamentamos” (v. *Correio Brasiliense*, volume XXVI, nº 154, março/1821, pp. 339-345, grifos nossos).

CHEGADA

Afinal, foi admitida a apresentação brasileira nas Cortes de Lisboa, embora, com os deputados de Portugal em esmagadora maioria. Nas palavras de Cipriano Barata, nas Cortes: “Mas que sucesso pode ter o meu discurso, quando os ilustres membros são mais de cem, e nós, brasileiros, trinta ou quarenta, que, à exceção de poucos, os mais são tais e quais e nada valem” (Cipriano referia-se, nesta última parte, aos deputados que, embora nascidos no Brasil, oscilavam seus votos, às vezes em proveito da posição lusitana).

Ao todo, tomaram posse, em várias levas, 48 deputados brasileiros, um deles falecido logo após a posse (o bispo Dom José Joaquim de Azeredo Coutinho, representante do Rio de Janeiro). Não foram poucos os deputados que resolveram ficar no Brasil para participar do movimento da Independência, ao invés de ir a Lisboa – inclusive todos aqueles da província que elegera maior número de deputados.

Os primeiros deputados brasileiros que chegaram a Lisboa foram os seis representantes de Pernambuco, quase todos revolucionários de 1817 ou simpatizantes daquela revolução. Um deles era o padre Muniz Tavares, companheiro de Antonio Carlos de Andrada na prisão, que escreveria a principal obra sobre aquele acontecimento.

O deputado mais jovem da bancada pernambucana, com 28 anos, era Pedro de Araújo Lima, que seria regente após a abdicação de D. Pedro I, ministro e presidente do conselho de ministros no 2º Império – e seria mais lembrado pelo título que recebeu em 1854: marquês de Olinda.

Nessa época, 1821, talvez pela juventude, Araújo Lima ainda não era, pelo menos não definitivamente, aquele “espírito grave e profundamente conservador, (...) que será durante quarenta e nove anos de vida pública” (v. Gomes de Carvalho, op. cit., p. 93).

Os deputados da Bahia – inclusive Cipriano Barata, o mais velho, notável e famoso de todos, já com 60 anos – e de Alagoas só em meados de dezembro de 1821 desembarcaram em Lisboa.

Somente em janeiro de 1822 chegaram os primeiros deputa-

dos paulistas – Antonio Carlos, o padre Feijó e Vergueiro (que, nascido em Portugal, residia no Brasil desde 1803; depois da Independência, escolhendo a nacionalidade brasileira, foi senador do Império).

UM HOMEM

O primeiro deputado brasileiro a perceber que estava diante de uma tentativa de recolonização do Brasil foi, justamente, Cipriano Barata.

Dois dias após a sua posse como deputado às Cortes de Lisboa, na sessão de 17 de dezembro de 1821, Cipriano propôs o adiamento de qualquer discussão sobre o Brasil até que toda a bancada brasileira estivesse em Portugal.

A proposta significava apenas, como nota Gomes de Carvalho, o respeito ao artigo 21 das Bases da Constituição, aprovadas pelas Cortes em março de 1821 – e até juradas pelo rei.

No entanto, isso provocou tal agitação entre os deputados portugueses, que confirmou o sentimento de Cipriano Barata sobre a tentativa de recolonização. Mas era algo novo, ainda, esse sentimento. Nem a bancada brasileira já presente nas Cortes – com exceção do deputado Borges de Barros, também da Bahia – apoiou a proposta de Cipriano, que a retirou.

Porém, com um incidente que provocou tremenda algazarra nas Cortes, Cipriano Barata marcou o limite da tolerância brasileira. Não muito surpreendentemente, o incidente foi com um deputado brasileiro que favorecia Portugal, e não com um deputado português.

Depois de um debate sobre a ocupação de Salvador pelo general lusitano Madeira (ver a décima parte desta série de artigos), Cipriano brigou e jogou escada abaixo um deputado de nome Pinto da França. A descrição do episódio, por Gomes de Carvalho, tem interesse para o nosso tema:

“Barata, o idealista Barata, a quem leis sem espírito de justiça não passavam de abuso de poder, e não deviam ser respeitadas, explodiu acerbamente contra o colega. (...) A comissão de polícia e a comissão de regimento interno pronunciaram-se severamente contra o fêrido ancião, propondo a última a sua exclusão da assembleia até que a justiça ordinária julgasse o crime. Lino Coutinho e Antônio Carlos impugnavam o parecer por aplicar pena sem devassa e prevenir, por conseguinte, o ânimo dos juizes”.

Pinto da França, que era militar de profissão (já era general no exército português), tinha 10 anos menos que Cipriano Barata. Este, além disso, era um homem de altura tão pequena, que ele mesmo se dizia “breve de corpo e resolutivo de espírito” – o que era verdade.

Talvez por isso, dias depois, Pinto da França voltou ao plenário, algo contundido, inclusive no rosto, desistindo da ideia – que assustara Feijó – de duelar com o adversário.

Continua na próxima edição